
DIVERSIDADE DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NA AMAZÔNIA

PHILIPPE LÉNA

Geógrafo do ORSTOM

Museu Paraense Emílio Goeldi, C.P. 399

66.000 Belém, PA

Tradução: MARIA LUÍZA BELLONI

RESUMO

A expansão da fronteira agrícola na Amazônia é um fenômeno regionalmente diversificado, evolutivo e contraditório. Os modelos interpretativos abstratos e gerais não podem expressar essa diversidade. Uma antiga área de colonização em zona de mata não-amazônica, hoje atingida pelo êxodo rural, é tomada como referência para avaliar as continuidades, as rupturas e as diferenças dentro do processo de expansão da fronteira. A seguir, três situações amazônicas atuais são abordadas: uma área de colonização pública, em Rondônia, a colonização particular no Mato Grosso e a ocupação não dirigida do norte de Goiás. Em face dos discursos pessimistas que prevêm a proletarianização geral e das visões otimistas que vêem na Amazônia o lugar privilegiado para a reprodução do campesinato, o estudo comparativo contribui para tornar relativos os pontos de vista. Não obstante as difíceis condições de produção e de vida, aliadas a fatores gerais limitativos, nada parece definitivo na Região; a diversidade das situações, as contradições e as lutas camponesas abrem novos caminhos, cada vez mais numerosos, apesar de precários. A fronteira amazônica pode ser descrita como uma região “em crise” onde os sistemas de produção, as relações sociais e mesmo a propriedade ainda não conseguiram integrar-se e funcionar de acordo com um sistema reprodutível.

Palavras-chave:

Amazônia — Fronteira agrícola — Colonização — Diferenciação econômica do campesinato.

ASPECTS DE LA FRONTIÈRE AMAZONIENNE

RÉSUMÉ

L'expansion de la frontière agricole en Amazonie est un phénomène régionallement diversifié, évolutif et contradictoire. Les modèles abstraits et globalisants d'interprétation ne peuvent rendre compte de cette diversité. Une ancienne zone de colonisation en milieu forestier non amazonien, aujourd'hui frappée par l'exode rural, est prise comme point de repère afin de mieux évaluer les continuités, les ruptures et les différences dans le processus d'expansion de la frontière. A la suite, trois situations amazoniennes actuelles, sont abordées: une zone de colonisation publique en Rondônia, la colonisation privée dans le

Mato Grosso et enfin l'occupation non encadrée du nord du Goiás. Face aux discours pessimistes prévoyant la prolétarianisation généralisée et aux visions optimistes qui font de l'amazonie le lieu privilégié pour la reproduction du petit paysan, l'étude comparative permet de relativiser les points de vue. Malgré des conditions difficiles et un cadre contraignant, rien ne semble joué à l'avance, la diversité des situations, les contradictions et les luttes paysannes ouvrent des voies nouvelles, chaque fois plus nombreuses mais extrêmement précaires. La frontière Amazonienne peut être décrite comme une région "en crise", où ni les systèmes d'exploitation, ni les rapports sociaux, ni même la propriété n'ont encore réussi à s'intégrer et à fonctionner selon un système reproductible.

Mots-clés:

Amazonie — Frontière agricole — Colonisation — Différenciation économique du paysan.

ASPECTS OF AMAZONIAN FRONTIER

ABSTRACT

The expanding agricultural frontier in Amazônia is a regionally diversified phenomenon that is both evolutionary and contradictory. Its complexity hardly can be accounted for by abstract and holistic approaches only. In this article one particular area in a non Amazonian forested setting colonized some time ago but struck nowadays by rural depopulation, is used as a reference to identify consistencies, irregularities and contrasts that arise in the process of frontier development. Within this framework three current Amazonian situations are examined, which are the following: one area of government-sponsored colonization in Rondônia, one private colonization scheme in Mato Grosso, and one unplanned settlement in northern Goiás. Comparative analysis affords a shading of commonly accepted extreme viewpoints on the process, such as some pessimistic forecasts unrestricted proletarianization and others, more optimistic, that defend Amazônia as a blessed environment for the reproduction of the small peasantry. Actually, and despite much hardship and living constraints, nothing seems to be decided beforehand. The various situations, contradictions and peasant struggles indeed are opening up new opportunities which are increasingly numerous at the same time that they become extremely insecure. In this way, the Amazonian frontier could very well be defined as a region "in crisis", where its various subsystems, of land use, social relations and property tenure, have not succeeded yet to interact so as to function in a reproducible manner.

Key words:

Amazônia — Agricultural Frontier — Colonization — Economic differentiation of peasantry.

INTRODUÇÃO

A noção de “fronteira” se confunde com a história do Brasil. É a progressão contínua da ocupação demográfica e econômica do território, entrecortada de pausas e saltos para frente, de “ciclos econômicos”, baseados numa atividade ou num produto. Um novo ciclo pode integrar, dinamizar ou fazer recuar o povoamento, “reliquia” deixada pelo ciclo precedente, valorizando espaços que até então haviam sido deixados de lado, ou então estender-se a regiões ainda não ocupadas ou fracamente povoadas por populações ameríndias.

No total, o Brasil apresenta uma taxa histórica de aumento das superfícies cultivadas de 3,5% por ano (Homem de Melo, 1982), ligeiramente superior ao crescimento da população. A ocupação agrícola é em geral precedida por uma fase essencialmente extrativa (pequenas explorações mineiras, coleta de produtos naturais valorizados no mercado nacional ou internacional, etc. ...), que é seguida de uma agricultura extensiva, com um mínimo de investimentos.

O caráter histórico da “fronteira” no Brasil, sua permanência, sua importância na vida do País, fazem dela um fato social total, concreto mas também político, ideológico e psicológico. Há uma dimensão cultural da fronteira. Ela é a expressão das características e das contradições da sociedade nacional como um todo, refletindo ao mesmo tempo também os interesses em jogo na economia internacional. Isto explica sem dúvida a extrema diversidade das interpretações da fronteira, como também a tentação permanente de reduzi-la a um esquema explicativo simples que leva em conta apenas um ou outro de seus aspectos. Pode-se assim escolher fazer dela um espaço manipulado por interesses transnacionais, a terra eleita para manobras do “grande capital” ou então o lugar de reprodução do campesinato. Pode-se ainda abordá-la por sua especificidade geográfica, seja ecológica (a floresta tropical, os cerrados...), seja como espaço “periférico” apresentando uma elevada taxa de exploração. De fato, ela é tudo isso ao mesmo tempo e muito mais. E como poderia ser de outra forma, já que a fronteira não é senão o aspecto horizontal do processo global de reprodução da sociedade brasileira? Ela só pode ser um lugar contraditório, onde os conflitos e as linhas de ruptura da sociedade muitas vezes tornam-se mais aparentes em razão da fraca preponderância dos sistemas de controle e das instituições, mas que desempenha ao mesmo tempo o papel de válvula de escape (concreta, mas sobretudo ideológica) para estes mesmos conflitos. É preciso pois, como ressalta Velho (1985), renunciar às explicações unívocas e admitir de uma vez por todas que a “fronteira” pode ser ao mesmo tempo uma coisa e seu contrário: simultaneamente, em espaços vizinhos, ou sucessivamente, no mesmo espaço.

Por outro lado, para compreender a “fronteira” em toda sua dimensão, não podemos contentar-nos em analisar seus aspectos sócio-econômicos e espaciais; é indispensável incluir seus atores com suas motivações. A “fronteira” é também, em oposição à sociedade codificada e controlada, o lugar da liberdade, do acaso (logo, da sorte), o momento de uma possível redistribuição das cartas (Lena, 1985b). O espaço, os recursos naturais que se supõe existir e as possibilidades de promoção social são percebidos de maneira irrealista, magnificados. Estas fantasias, desejos e esperanças podem ser encorajados ou mani-

pulados pelos poderes públicos ou pelas companhias privadas de colonização segundo seus interesses do momento. Nem por isso deixam de fazer parte do patrimônio de representações do homem brasileiro, do grande capitalista ao humilde peão. Expressam um certo modo de perceber, de “sentir” a relação ao espaço nacional. Cada migrante que se dirige para a fronteira, seja qual for sua posição social, alimenta a esperança de dar partida a um processo de acumulação individual, ou de abreviar este processo, assegurando assim sua promoção social e o futuro de seus filhos.

Raciocinar em termos de trajetórias individuais permite assim melhor compreender as freqüentes mudanças de categorias sócio-profissionais ao longo do processo migratório. Cada um tenta tirar o melhor proveito de suas aptidões e das circunstâncias, contrariando teorias da reprodução por classes ou categorias. Em parte é isto que confere à fronteira seu caráter movente, instável e inacabado. Mas é também isto que a torna fascinante e lhe permite catalisar as esperanças.

Não se deve esquecer também o que a fronteira representa de sofrimento humano, de esperanças frustradas. As trajetórias sociais não são todas ascendentes, longe disto (Cf. Becker, 1982), mas há sempre (pelo menos até o momento) novos espaços para sustentar a esperança. Paradoxalmente o fracasso e as estratégias individuais, que visam contorná-lo, contribuem para a expansão da fronteira.

É a configuração amazônica e agrícola da fronteira que será abordada neste artigo, isto é, sua extensão até a floresta densa, tropical e úmida, com toda a carga simbólica que isto pode representar. Subjetivamente, a floresta é de fato sempre percebida como um espaço mais “virgem”, mais “natural” do que, por exemplo, os cerrados. É verdade que seus ecossistemas são mais ricos e mais diversificados, mas sob outros aspectos esta distinção não se justifica. Para as populações indígenas, entre outras, o resultado da expansão da fronteira é o mesmo, qualquer que seja o ambiente ecológico.

No passado, outras “fronteiras” brasileiras tiveram uma divisão das atividades agrícolas em função dos diferentes tipos de meios. Assim, os pequenos agricultores ocupavam as florestas e galerias florestais, consideradas férteis, enquanto os pecuaristas ocupavam os cerrados que quase não se prestavam à agricultura. Um certo grau de complementaridade era assim realizado. Os pecuaristas substituíam eventualmente os pequenos agricultores quando estes tinham esgotado a fertilidade natural dos solos. Desde os anos sessenta, esta divisão de tarefas foi abalada: graças ao tratamento com calcário, possibilitando reduzir a acidez dos solos, e aos preços subsidiados da soja, que permitiram financiar as benfeitorias, a agricultura mecanizada e capitalizada penetrou rapidamente nos cerrados, ao mesmo tempo que a cultura de gramíneas possibilitava substituir a floresta por pastagens. Existe pois, atualmente, concorrência pelos espaços florestais entre a agricultura (ainda essencialmente de subsistência, no entanto) e a pecuária, esta última ponta-de-lança da especulação fundiária.

Discutiremos neste trabalho as chances de formação e manutenção de uma classe de pequenos produtores na Amazônia. As causas dos fracassos e os fatores que favorecem a acumulação camponesa, a “fixação do homem à terra”

(tal como é anunciada nos programas oficiais) serão analisados a partir de exemplos situados em quatro regiões diferentes:

- Uma antiga zona de colonização do Mato Grosso do Sul, hoje abandonada por sua população rural.
- Uma zona de colonização privada no norte do Mato Grosso.
- A colonização federal em Rondônia.
- A colonização espontânea do norte de Goiás.

1. A FRONTEIRA AMAZÔNICA

A Região Norte do Brasil, isto é, os Estados do Amazonas, Pará, Acre e Rondônia, bem como os territórios do Amapá e Roraima, representa 3.581.180 km² (42% do território nacional) e 5.880.706 habitantes (cerca de 5% da população brasileira), ou seja, 1,64 hab./km² em 1980. Se, por um lado, ela constitui bem em seu conjunto uma região de “fronteira”, na medida em que se trata de espaços em processo de integração onde as iniciativas públicas se multiplicam e as do setor privado são facilitadas, onde projetos grandiosos de exploração dos recursos sem ligação direta com a sociedade local são implantados (complexo mineiro de Carajás, barragem hidroelétrica de Tucuruí, etc...); por outro lado, somente uma parte de seu espaço é atingida pela imigração e pela colonização. A maior parte do Estado do Amazonas, o norte do Pará e o Amapá escapam ainda a esta dinâmica que depende intimamente do programa de abertura de estradas, cujas principais foram realizadas durante os anos 1960/1970. Este projeto de integração, cujas finalidades eram com toda evidência sobretudo geopolíticas (tratava-se de assegurar a soberania nacional e o controle do Estado sobre uma região subpovoada e logo potencialmente ameaçada por ingerências externas), teve como efeito modificar radicalmente a organização do espaço e a distribuição da população amazônica.

A sociedade amazônica tradicional, polarizada pelo Amazonas e sua foz atlântica (Belém), organizava-se em torno dos cursos d’água. Em 1960, esta sociedade tem 2.600.000 habitantes, com uma taxa de urbanização de cerca de 30%. É uma sociedade ribeirinha; o hábitat é disperso ou agrupado em pequenas comunidades alinhadas ao longo dos cursos d’água, com pequenas cidades aqui e acolá. Ocorre nesta época ao mesmo tempo um movimento de concentração da população urbana nas cidades maiores e um êxodo rural significativo que atinge numerosos distritos. Em resumo, uma economia estagnada que nunca se refez da queda das cotações da borracha a partir de 1917. Ela é ainda hoje baseada, de um lado, na coleta da castanha-do-pará e na extração do látex (num sistema socialmente pouco satisfatório) e, de outro lado, numa pequena agricultura praticada nas beiras fertilizadas pelas enchentes. Os pequenos camponeses vendem alguns produtos de coleta, de caça e de pesca, bem como a farinha de mandioca, cuja produção familiar dificilmente pode ser aumentada, enquanto crescem as necessidades monetárias. Algumas tentativas de colonização dirigida (Rondônia, Pará...) haviam sido feitas. Quase todas tinham fracassado.

A abertura das estradas (Belém-Brasília; Cuiabá-Porto Velho; Cuiabá-Santarém; Estreito-Santarém...) vai reorientar uma parte do espaço amazôni-

co para o centro econômico do País (Sudeste e Sul) possibilitando às dinâmicas vindas destas regiões penetrarem os novos espaços abertos (exploração mineira, pecuária, especulação fundiária, colonização agrícola — controlada ou espontânea — etc. ...). As estradas recortam ao mesmo tempo zonas até então ocupadas somente por populações indígenas em grupos extremamente reduzidos, e um pequeno número de regiões de povoamento tradicional com suas cidades ribeirinhas, que elas vêm tirar de sua letargia: Altamira, Santarém, Porto Velho, etc. ...

Com exceção destas poucas cidades, recuperadas pela nova rede de estradas, pode-se dizer que as novas formas de ocupação constituem uma criação *ex nihilo*, um sistema sem nenhuma ligação com a sociedade tradicional ou os modos de vida nativos, sem nenhuma base histórica. Existe aí um risco tanto maior quanto mais rápidos são os ritmos de valorização.

Do ponto de vista do meio ecológico, trata-se de uma ocupação das terras firmes, dos divisores de águas e não mais dos vales aluvionários. Não se dispunha até o presente momento de nenhuma experiência em grande escala de valorização destes meios. As roças freqüentemente poliestratificadas das populações nativas parecem dificilmente transponíveis, e a região bragantina, densamente povoada, apresenta um tal grau de esgotamento de seus solos que dificilmente pode ser citada como exemplo.

Do ponto de vista demográfico, a população imigrante é originária de regiões muito diferentes e não dispõe de nenhum sistema de reconhecimento e avaliação das características do meio. Este é um fato mais importante do que parece à primeira vista. Moran (1981) mostrou que os 30% dos colonos de origem local (caboclos) integrados ao Projeto de Colonização de Altamira (Transamazônica) apresentavam melhores desempenhos que os 30% de nordestinos e os 40% de camponeses oriundos do Centro-Oeste e do Sul.

Por outro lado, esta população imigrante apresenta taxas de crescimento muito elevadas (16% por ano em Rondônia durante o período 1970/1980), a tal ponto que a população de “terra firme” é hoje (1980) mais numerosa do que a população ribeirinha, se excetuarmos os dois grandes pólos regionais de Belém e Manaus. É verdade igualmente no que diz respeito à população agrícola e é ainda mais verdadeiro se integramos no cálculo a faixa florestal da região Centro-Oeste que, com a região Norte, forma a Amazônia Legal (1). Porém esta “fronteira agrícola” apresenta igualmente elevadas taxas de urbanização: a população urbana da região Norte passa de 35,9% em 1970 a 51,7% em 1980, graças a uma taxa de crescimento cerca de duas vezes maior do que a taxa da população rural.

No entanto, a região Norte é a única região do Brasil a apresentar uma taxa de crescimento absoluto de sua população rural (3,71% por ano) durante o período. Vem em seguida o Nordeste que, com uma taxa de 0,55%, amplamente inferior a seu crescimento natural (3,4%), aparece como uma região de êxodo rural relativo. Todo o resto do Brasil rural apresenta um déficit absoluto de po-

(1) Isto é: 5.005.426 km², 50% do território e perto de 11.000.000 de habitantes em 1980.

pulação, inclusive o Centro-Oeste considerado todavia como zona pioneira. De fato, seria preciso distinguir, nesta última região, as zonas de ocupação já antigas (principalmente o Sul e o Centro), que conhecem o êxodo rural, e as franjas amazônicas nas quais ocorre seja o êxodo, seja o crescimento de sua população rural, segundo a situação geográfica e as atividades anteriores.

O saldo migratório da região Norte deve representar cerca de 850.000 pessoas entre 1970 e 1980. Na realidade a imigração foi bem superior, pois as regiões tradicionais continuam a estagnar e mesmo a acusar perdas relativas ou absolutas de população, principalmente na zona rural. Com exceção das grandes cidades, estes ganhos de população devem ser colocados quase integralmente no ativo das novas regiões de povoamento. Seria fácil demonstrar que estes ganhos são pequenos a nível do Brasil (Lena, 1985a) e que só a cidade de São Paulo recebeu sem dúvida mais imigrantes do que a fronteira amazônica.

E no entanto, em dez anos, são cerca de 100.000 famílias de camponeses sem terra, de minifundiários e de pequenos produtores que, de uma maneira ou de outra, puderam ter acesso à terra da Amazônia. Isto pode parecer pouco em comparação com o projeto de instalação de 100.000 famílias nordestinas em 5 anos somente ao longo da Transamazônica (como tinha sido previsto em 1970) que até hoje não conseguiu fixar nem 10.000 famílias. É porém bem mais do que em todo o resto do Brasil, onde certamente as distribuições de terra foram inexpressivas frente ao vasto movimento de expulsão.

Em conseqüência, a Amazônia aparece não somente como o espaço onde ocorre uma especulação financeira desenfreada, onde a concentração da terra é em média mais acentuada do que no resto do País, mas também, e paradoxalmente, como o único espaço oferecido à reprodução do pequeno camponês sem capital. Seria porém um erro considerar apenas este camponês. A Amazônia é também um espaço de reprodução simples ou ampliada para outras camadas sociais. Há os pequenos produtores do Sul, possuindo um pequeno capital, que integram os projetos privados de colonização; os colonos de segunda ou terceira geração dos projetos públicos que vêm substituir os colonos originais e são cada vez mais capitalizados; os espaços reservados pelo Incra ou pelos Estados para a instalação de pequenas fazendas para pecuária (500 a 3.000 ha) ou plantações, sem falar das grandes fazendas e das empresas agroindustriais.

O mecanismo de substituição dos colonos, observado historicamente nas zonas de fronteira, não convida nem um pouco ao otimismo quanto às perspectivas de crescimento destes pequenos camponeses sem capital. Não é fácil porém saber em que medida eles não constituem senão um exército de desbravadores destinados a ceder o lugar para produtores capitalizados. De toda maneira não se pode trazer uma resposta global para a Amazônia. Com efeito, já é agora amplamente reconhecido que o modo de intervenção do Estado e as dinâmicas sociais diferem o bastante de um ponto a outro deste imenso território, não somente para proibir qualquer extrapolação simples, como também para constituir a base de um processo de regionalização cada vez mais acentuado (Baumfeld, 1983; Becker, 1982 e 1985).

1.1. A pressão sobre o ecossistema amazônico

Diante da imensidão da floresta amazônica, numerosos autores (Klatz-

man, 1975; Gourou, 1982; etc. ...) duvidaram que se pudesse dispor do capital e da mão-de-obra suficientes para conseguir, em futuro próximo, acabar com ela. Mas seria raciocinar segundo uma lógica capitalista que não nos parece aplicar-se integralmente aqui. No entanto, a mesma opinião é difundida também no Brasil, uma vez dissipados os temores legítimos gerados pela política de concessão de incentivos fiscais e de créditos subsidiados às grandes empresas que aceitavam implantar fazendas de pecuária na Amazônia. Lembremos que o módulo mínimo fora fixado pela Sudam em 25.000 ha e que todas as armas eram válidas para realizar, o mais depressa possível, vastos desflorestamentos, inclusive os desfolhantes (Eglin e Thery, 1982).

Quando a Sudam desacelerou seriamente a concessão de incentivos fiscais, a rentabilidade no mínimo duvidosa de tais operações tornou-se evidente e se tende a considerar que o vento de euforia passou definitivamente. É com efeito pouco provável que vejamos instalar-se, nas condições atuais, complexos de produção de carne com entreposto frigorífico, pista de aviação, etc., como foi o caso no passado. Todavia, se as ameaças que pesam sobre a floresta são algo diferentes, nem por isso elas são menos graves.

Fearnside (1984) mostrou, a partir de fotos do satélite Landsat, que, se o volume global dos desflorestamentos era ainda relativamente modesto em 1980, a evolução das curvas desde 1975 estava muito próxima de um crescimento exponencial. Tal ritmo levaria à destruição da floresta em 1989 para o caso do Mato Grosso, 1990 para Rondônia e 1993 para o Acre. Tais curvas não são quase levadas a sério, particularmente desde as críticas feitas às previsões do Clube de Roma há uns doze anos. São consideradas na melhor das hipóteses como alarmes que possibilitam a tomada de consciência das tendências perigosas. No caso da Amazônia, parece importante de todo modo continuar a manter a opinião pública alerta e não ceder ao otimismo provocado pela supressão (parcial) do apoio à "política do boi". O volume global dos desflorestamentos não foi, ao que parece, influenciado por estas mudanças. Em janeiro de 1986, imensos incêndios voluntários foram detectados pelos satélites de observação no sul do Pará (2). Acreditamos, entretanto, que não serão mais observadas curvas exponenciais no futuro, por razões ligadas tanto às dinâmicas internas das empresas quanto às incertezas fundiárias. O resultado final porém não será modificado, somente o prazo será adiado. O exemplo do Paraná, cujas florestas foram reduzidas a 5% no espaço de 30 anos, aí está para lembrar-nos; ainda mais que os ritmos atuais de desflorestamento em certas regiões da Amazônia (em particular Rondônia e certas zonas do sul do Pará) são superiores aos que ocorreram no Paraná entre 1940 e 1970.

Em definitivo, a manutenção de blocos florestais importantes dependerá da capacidade dos poderes públicos de fazer respeitar as reservas indígenas, os parques nacionais e as florestas de rendimento, bem como de medidas que possibilitariam a valorização econômica da floresta, ao mesmo tempo por uma legislação adequada e pelo desenvolvimento da pesquisa em silvicultura

(2) *O Liberal*, 4/2/86.

amazônica. Não parece, com efeito, que se deva contar com o fim da migração para a Amazônia num futuro próximo.

É sempre difícil fazer previsões quanto ao volume dos fluxos migratórios, na medida em que eles dependem intimamente do quadro econômico geral. Pode-se entretanto constatar que o volume da imigração em Rondônia, apesar de uma relativa saturação fundiária, não parou de crescer: 153.325 pessoas em 1984, ou seja, um aumento de 15% com relação a 1983; um ligeiro aumento foi registrado em 1985. Ao que parece, uma tendência semelhante pode ser observada no sul do Pará.

Basear uma esperança na falta de mão-de-obra ou de capitais significaria negligenciar o formidável “exército agrícola de reserva”, que continua a se constituir no Brasil graças à conjunção de vários fatores: um crescimento demográfico acentuado, sobretudo no campo; a modernização da agricultura do Sul e Sudeste; uma estrutura fundiária muito desigual e a utilização crescente na indústria de técnicas poupadoras de mão-de-obra. O Projeto Nacional de Reforma Agrária previa a atribuição de terras a 7 milhões de famílias em quinze anos. Isto representaria a integralidade da região Norte (suposta vazia para efeitos de demonstração) à razão de 50 ha por família. De fato, durante estes quinze anos os 7 milhões de famílias provavelmente se teriam tornado 10 milhões.

Este “exército” certamente não tem capitais, mas constitui uma força de trabalho considerável, que não busca o rendimento médio do capital mas simplesmente assegura sua subsistência e a de seus filhos, podendo, em consequência, ignorar os cálculos econômicos que lhe apresentam a pequena agricultura na Amazônia como uma atividade não-rentável. Do ponto de vista dos desflorestamentos, esta força de trabalho pode ser tão eficaz quanto as empresas capitalistas. Basta comparar as curvas de Rondônia, onde o essencial dos desmatamentos é obra de pequenos camponeses, com as do Mato Grosso (Fearnside, *op. cit.*), onde eles são realizados em maioria por grandes empresas ou fazendas, para dar-se conta de que elas não são sensivelmente diferentes.

A única medida que teria possibilitado relaxar as pressões sobre a Amazônia de modo significativo teria sido a aplicação de uma reforma agrária verdadeira, que combatesse as grandes fazendas subutilizadas de outras regiões do Brasil. Mas, como era de temer (Lena, 1985b), o Projeto de Reforma afinal adotado apresenta um nítido recuo com relação ao projeto inicial. Diante da multiplicação dos setores privados visando a defesa das grandes propriedades e a influência ainda forte dos latifundiários a nível político local e mesmo federal, o governo finalmente renunciou a desapropriar em grande escala. A situação atual se parece muito com o que ocorrera há vinte anos: a publicação do estatuto da terra, em 1964, havia alimentado grandes esperanças, rapidamente desmentidas pelos fatos; a luta contra o latifúndio se havia rapidamente transformado em imposto sobre terras não-produtivas (ele próprio raramente coletado) e as esperanças dos trabalhadores sem terra e dos minifundiários deviam doravante reorientar-se para os projetos de colonização. Também o novo Projeto conta com as terras públicas e com a colonização para atender à demanda ...

É preciso notar, todavia, que este “exército agrícola” potencial certamen-

te não é mobilizável nem totalmente nem imediatamente. Não é porque um camponês do Sul perde a terra onde trabalhava e se torna trabalhador rural sem terra que ele vai ser automaticamente tentado pela aventura da fronteira. Se tal fosse o caso, já não haveria floresta amazônica. Se a Amazônia fascina, ela também dá medo. O isolamento, a violência, as condições sanitárias e escolares precárias não são enfrentadas com alegria. Aí estão em jogo fatores psicossociológicos. Alguns preferem desenvolver estratégias familiares multiformes em seus locais de origem a emigrar. Não se rompe assim a rede de inserção familiar e social. A apreciação da situação individual e a avaliação das perspectivas são naturalmente subjetivas. As mesmas condições podem levar alguns a permanecerem e outros a emigrarem. Por outro lado, o candidato à emigração pode optar por ir para a cidade grande, sobretudo se, como é provável, ele já tenha parentes ali. A escolha da fronteira não se impõe, pois, como solução única. Mas é uma opção que pode ser considerada por um número crescente de migrantes potenciais na medida em que o efeito da influência familiar e de relações pessoais aumenta enquanto a fronteira vai sendo povoada. Na região de Dourados (MS) praticamente não existe um pequeno camponês que não tenha um parente ou um amigo emigrado para Rondônia ou Roraima. Além disso, a fronteira não atrai apenas agricultores; as migrações interurbanas e rural-urbanas são agora superiores às migrações puramente rurais em Rondônia. Mecânicos, comerciantes, profissionais liberais e empregados dirigem-se para a fronteira (Becker, 1985). Alguns são urbanos de longa data (entre eles, alguns tentam ao contrário, e pela primeira vez, uma aventura rural).

O volume e o tipo de migração para a Amazônia vão então variar em função da evolução das diferentes regiões amazônicas e das oportunidades que aí serão oferecidas. Mas a pressão global deverá permanecer muito forte.

1.2. As condições de produção na amazônia: colonos e pecuaristas

Não se pode deixar de concordar com os autores que pensam que os capitais públicos e privados investidos nas operações de colonização ou de implantação de fazendas de pecuária na Amazônia teriam sido melhor utilizados no Sul e no Sudeste do País, já desenvolvidos (Gourou, 1982) (3).

Igualmente de acordo com a idéia de que mais vale fazer “pequeno e intensivo” do que grande e extensivo (*op.cit.*) e que seria necessário orientar-se para uma “gestão prudente das rendas do capital natural” (Thery, 1985). Deve-se, entretanto, constatar que as dinâmicas atuais não se encaminham neste sentido (salvo em algumas situações, importantes para o futuro, que tentaremos definir); elas correspondem de fato a uma racionalidade econômica poderosa que nos parece justamente característica das zonas de “fronteiras”, com os custos sociais e ecológicos que isto implica. As formas de acumulação que aí ocorrem impõem condições draconianas à formação de um campesinato estável. Querer instaurar práticas correspondentes a uma racionalidade que está

(3) Mas, na ausência de reforma agrária, teriam estes capitais atendido as necessidades das categorias sociais que emigraram para a Amazônia?

apenas começando no Sul desenvolvido seria colocar a carroça à frente dos bois. A expansão da fronteira é um processo histórico cuja lógica não é fácil romper. Pode-se sem dúvida acelerar o curso deste processo, e mesmo tomar alguns atalhos graças a políticas adequadas, nem por isso a extensão até a “periferia” dos sistemas e das relações de produção do “centro” (que goza de uma propriedade privada estável, de um mercado consolidado e de uma legislação trabalhista relativamente respeitada) deixará de exigir tempo. Este tempo é justamente o da “fronteira”.

A ausência de integração e de controle institucional destes espaços (com todas as características que isto implica) condena-os a formas predatórias de acumulação e elimina de vez as formas de produção mais elaboradas.

Examinaremos rapidamente as restrições que pesam sobre o pequeno camponês sem capital, típico das zonas pioneiras:

De modo geral, a fertilidade dos solos não é renovada. A queimada possibilita obter um ou dois anos de boas colheitas, incorporando à terra os elementos minerais acumulados pela vegetação durante um período muito longo. Visto que, conforme a qualidade do solo, seria preciso esperar de 15 a 30 anos para pretender obter uma colheita semelhante no mesmo lugar, o camponês deve abandonar a parcela e ir desmatar mais adiante. No melhor dos casos, as madeiras de lei serão vendidas antes da queimada e uma parte da colheita de arroz será comercializada. Nenhum investimento em trabalho ou em capital é realizado com o objetivo de prolongar a vida útil da parcela. Trata-se somente de extrair uma riqueza natural que acaba por ser destruída no processo. Ao que parece, somente com esta condição é que o pequeno camponês pode manter-se. E isto por diversas razões:

- O preço de compra ao produtor dos produtos alimentares (isto é, o essencial de sua produção) é mantido baixo a fim de não exercer pressão sobre os salários urbanos (4). Na fronteira, os custos de transportes, as dificuldades de acesso, a multiplicação dos intermediários e a posição desfavorável do camponês na negociação dos preços contribuem para fazer baixar os preços ainda mais.
- Para sobreviver na entressafra, o camponês será obrigado a vender sua produção a estes intermediários que vêm buscar o produto em sua casa (ao contrário dos compradores do governo, cujas instalações são de toda maneira insuficientes) e lhe concedem empréstimos a taxas usurárias. O camponês pode comprometer de antemão uma parte ou a totalidade de sua colheita. O intermediário obtém um lucro importante jogando com a inflação e com a estocagem. Prova disto é que, após o bloqueio dos preços em 27 de fevereiro de 1986, a grande colheita de arroz do sul do Pará não mais encontrou compradores, pois os intermediários recusaram-se a honrar seus contratos, na ausência de perspectiva inflacionária e sem possibilidade de modificar seus preços.
- Se ele não possui sua terra, o pequeno camponês tem que ceder parte de

(4) Os déficits em produtos alimentares de base, os numerosos intermediários e as perdas de colheita tendem a obstaculizar esta política sem por isso favorecer o camponês.

sua colheita ao proprietário. Esta sangria complementar o mantém a um nível nulo de acumulação. No Sul, pode-se encontrar camponeses sem terra que pagam uma renda e acumulam; em zona de fronteira isto é excepcional.

- Tudo na fronteira é mais caro do que no “centro”. Isto se deve em parte aos custos de transporte e às dificuldades de acesso, mas traduz igualmente a monopolização do comércio local.
- Com um nível de acumulação nulo, fraco ou irregular, o camponês pode ser desestabilizado pelo menor acidente climático, ecológico (pestes) ou de saúde. As dívidas então contraídas podem levá-lo a vender seu direito à terra. De outro lado, ele nunca consegue obter o capital que lhe seria necessário para aumentar sua renda. Este investimento não seria, aliás, forçosamente rentável, dadas as condições de preço e mercado. Assim o crédito, associado ao título definitivo de propriedade, revelou-se com frequência uma faca de dois gumes; o camponês, incapaz de pagar o empréstimo, vê-se na obrigação de vender sua terra.

É inútil dizer que estas condições difíceis impedem também qualquer acumulação cultural e técnica.

O camponês não pode passar sem a boa colheita do primeiro ano que, de fato, permite-lhe apenas manter-se, e não investir. Sua racionalidade econômica é baseada exclusivamente no máximo de produção, que permite a destruição do capital natural. É o nível abaixo do qual ele não pode se permitir descer.

A situação é apresentada voluntariamente de maneira esquemática a fim de poder ressaltar os caminhos que se abrem à acumulação. É, no entanto, uma situação vivida por numerosos camponeses na fronteira.

Se o camponês não está em situação de acumular, em contrapartida os circuitos comerciais parecem realizar uma importante acumulação, tanto maior quanto mais inacessível é a região.

Os latifundiários sofrem as mesmas restrições que os pequenos camponeses. Eles também comprometem o capital natural, comercializando a madeira e aproveitando a fertilidade “gratuita”. Porém eles apostam também em outras vantagens. O emprego da mão-de-obra condiciona a mudança de escala e permite a acumulação. Em troca da autorização de cultivar a terra do proprietário, o camponês cede uma parte de sua colheita e se compromete a plantar uma pastagem antes de abandonar a parcela. Assim o latifundiário recebe ao mesmo tempo uma renda em produto e trabalho gratuito. Mas, para fazer isto, é-lhe indispensável controlar ao mesmo tempo a terra e o trabalho. Esta é a lógica do latifundiário. Uma vez que a lógica camponesa visa evitar o pagamento da renda, seja em produto ou em trabalho, aí se encontram as raízes do eterno conflito. Com a diferença que na fronteira ele não é amenizado por leis e controles institucionais, conservando em consequência todo o seu potencial de violência.

Está na lógica latifundiária provocar a rarefação artificial da terra através de vastas imobilizações fundiárias, obtidas graças ao baixo preço da terra ou com recursos a práticas ilegais. O camponês vê-se assim constrangido a aceitar relações de produção que lhe são desfavoráveis. Em zona de fronteira, trata-se

sempre de uma relação instável, sempre a recomeçar ou a manter pela coerção, na medida em que existem espaços vazios que podem levar o camponês a emigrar. Velho (1981) mostrou que, quando a propriedade da terra não está claramente definida como era o caso das atividades extrativas (borracha, castanha-do-pará), a captação do valor só pode ser feita através das relações de força. No caso da fronteira, ocorrerá de preferência o controle, às vezes violento, do espaço: de um lado, para extrair os rendimentos do capital natural, de outro, para evitar as hemorragias de mão-de-obra. De fato, o interesse do latifundiário não é forçosamente a expulsão pura e simples do posseiro (a menos que este último esteja em condições de fazer valer um direito sobre a terra), mas de preferência o controle da força de trabalho e a captação de uma renda (trabalho e/ou produto).

Certos autores, transpondo a situação que apareceu recentemente no Sul do Brasil, temem um vasto movimento de proletarização na fronteira. Globalmente, isto parece pouco provável, pelo menos num futuro próximo. A instauração de verdadeiras relações salariais generalizadas teria como efeito fazer baixar as taxas de acumulação. Em contrapartida, uma estratégia de utilização de mão-de-obra temporária destinada a evitar o recurso aos camponeses contratados que, cada vez com maior frequência, buscam permanecer na propriedade já pode ser observada em certas regiões (norte de Goiás, sul do Pará...).

É preciso mencionar uma terceira forma de acumulação, válida tanto para os pecuaristas como para os pequenos agricultores: a rápida valorização da terra em zona de fronteira. Para aproveitá-la, porém, é necessário poder assegurar o direito sobre a terra, e nesta luta os camponeses não são os mais preparados.

Entretanto, e isto é um fato novo, os sucessos dos pequenos posseiros em suas lutas pela terra tendem a aumentar em número. Mais conscientes e melhor organizados, eles conseguem cada vez com maior frequência fazer valer seus direitos. Os pecuaristas das regiões onde a pressão fundiária é forte vêem seus bens constantemente ameaçados de invasão e são obrigados a gastar somas importantes na manutenção de milícias privadas. Wood (1983) cita o caso de pecuaristas da região de Conceição do Araguaia que encorajam a instalação de colonos, munidos de lotes suficientemente grandes, em torno de suas propriedades, a fim de se proteger das invasões. A estabilidade da propriedade é procurada, sinal de que a fronteira entra em outra fase.

Em Rondônia, Becker (1985) nota que a pressão popular, legitimada *a posteriori* pelo Estado, permitiu uma significativa distribuição de terras. Ianni (1983) evocava “a reforma agrária espontânea” em curso em certas regiões da fronteira. Em outros locais, entretanto, os conflitos são mais violentos do que nunca (sul do Pará) e as expulsões de camponeses continuam. Isto mostra a grande diversidade das configurações espaciais-históricas encontradas atualmente na Amazônia. Mas o problema é saber se, mais além dos eventuais sucessos passageiros, o processo tende para a fixação e o crescimento de camadas camponesas cada vez mais numerosas, ou se, ao contrário, os pequenos agricultores preenchem a função de desbravadores e estão destinados a ceder o lugar para outras atividades. Foweraker (1982) considera o fenômeno de fronteira como um processo de acumulação primitiva no qual a separação dos produto-

res dos meios de produção se desenrolaria no tempo, acarretando a reprodução de frentes pioneiras no espaço e coincidiria exatamente com o fenômeno chamado “expansão da fronteira”. As numerosas migrações dos colonos pesquisados (três, às vezes cinco tentativas de fixação à terra) tendem a confirmar este esquema de expulsão e de grande mobilidade que, como ressalta Moran (1980), não favorece a acumulação. Que uma pequena proporção de colonos consiga fixar-se e prosperar não mudaria grande coisa no esquema geral. Para nuançar seriamente o modelo é preciso que um vasto movimento se desenhe no sentido da emergência de um campesinato estável, com rendas razoáveis. Após quinze anos de colonização, pensamos que é possível procurar suas primícias ou pelo menos suas condições de formação.

Constatemos antes de tudo que se o conflito pecuaristas/posseiros é quase geral nas zonas de fronteiras, os projetos de colonização não são atingidos. A luta pela apropriação da terra desenvolve-se aí de um modo mais policiado: os lotes são vendidos e seu valor não traduz somente os benefícios que serão obtidos pela destruição do capital natural, mas também a estabilidade do título de propriedade e o valor do trabalho incorporado (pastagem, plantação de cacau, etc. ...). Neste caso a expulsão toma a forma da substituição dos primeiros colonos por imigrantes mais capitalizados, através de uma transação monetária. O resultado final não seria o mesmo? Os primeiros colonos não contribuíram para inserir a terra no circuito mercantil e fazer subir seu preço, obrigando-se e a seus semelhantes a ir buscar sempre mais longe um espaço para sua reprodução? Sua substituição é inelutável? Seus sucessores serão capazes de desenvolver uma lógica de reprodução e não mais da depredação? Quando terminará este processo de reprodução de frentes pioneiras no espaço?

A esta última questão pode-se trazer alguns elementos de resposta. Teoricamente a fronteira não deveria ter necessidade de esgotar até a última parcela de floresta para passar a um outro estágio. Bastaria que o valor da terra fosse estabilizado (a fim de evitar qualquer ganho especulativo importante) e a um nível suficientemente elevado para que a simples destruição do capital natural representasse uma vantagem reglenciável (e até um inconveniente), em face da obrigação de rentabilidade a longo prazo que implicaria a importância do investimento. Seria preciso, entretanto, que o controle do espaço acompanhasse o movimento, caso contrário os candidatos à extração dos benefícios do capital natural não deixarão de invadir qualquer bloco florestal, mesmo que tenha proprietário, como é o caso atualmente (as terras indígenas e os parques nacionais sendo obviamente os primeiros ameaçados).

Em definitivo, a transformação da economia de fronteira e sua superação dependerão da capacidade da sociedade de integrar seus excluídos e de acelerar a sucessão das diferentes fases pioneiras.

O papel dos poderes públicos é, pois, de primeira importância e deve-se perguntar que papel desempenha a fronteira frente ao Estado nacional. Além dos argumentos clássicos: soberania nacional, abrandamento das tensões sociais, etc. ..., a fronteira parece realmente ser o lugar de uma acumulação significativa e de uma transferência de valor para o Sul (Foweraker, *op. cit.*). Todavia é sobre um outro aspecto que gostaríamos de insistir. Parece-nos que a expan-

são da fronteira seja, no estado atual das coisas, o meio de evitar uma ruptura do abastecimento alimentar básico. Considerando o aumento das rendas, o crescimento da população e o ritmo de aumento dos rendimentos, Homem de Melo (1982) calculou as necessidades anuais de crescimento da superfície cultivada para diferentes produtos alimentares básicos: 4% para o arroz e 5% para o feijão, a mandioca e o milho. Isto representa, no período 1977/85, respectivamente 36,9% e 53,5%. A taxa de crescimento da superfície cultivada brasileira deveria então ser de 4,4% por ano, quando a taxa histórica observada é de 3,5%.

Note-se que existe uma redução da superfície cultivada para estes produtos nas regiões Sul e Sudeste (substituídos pela cana-de-açúcar e pela soja). Na falta de uma reforma agrária, as zonas de fronteira seriam chamadas a contribuir de maneira significativa para o abastecimento. E a um custo relativamente barato, visto os baixos preços da terra e a ausência de capitalização dos produtores. Entretanto, além do fato que estas vantagens são em parte absorvidas pelos intermediários, as cifras apresentadas acima e as más condições de produção deixam pairar uma dúvida sobre a capacidade da fronteira de desempenhar este papel. O preço dos alimentos corre o risco, pois, de continuar a exercer uma pressão inflacionária, e uma reforma agrária seria provavelmente o verdadeiro remédio.

Qual é o espaço deixado para a formação de um campesinato na Amazônia em meio a este imenso campo de forças contraditórias? São talvez justamente as contradições, as disparidades regionais, as diferentes etapas justapostas que lhe deixam alguma chance. Será considerado como camponês aquele que escapa à “zona de fragilidade”, que acumula e reinveste na produção. Para saber como alguns conseguem chegar a este estágio, serão abordados os mecanismos de diferenciação interna do campesinato em diferentes regiões.

2. UMA ANTIGA FRONTEIRA DO MATO GROSSO DO SUL: A REGIÃO DE DOURADOS

A região de Dourados pode parecer bem afastada da Amazônia, tanto do ponto de vista geográfico como dos problemas que ela tem que enfrentar. Mas é justamente isto que a torna interessante, na medida em que ela permite pôr em evidência os traços que são comuns às regiões de fronteiras, para além das diferenças aparentes. Por outro lado, a colonização pelos pequenos produtores também aí se desenvolveu nas zonas florestais, e ela contribui atualmente para a dinâmica da fronteira amazônica pelo êxodo de seus pioneiros de outrora.

A “Grande Dourados” representa 20 municípios e abrange a totalidade do sul do Mato Grosso do Sul. A floresta está localizada principalmente ao sul e a leste. Grandes manchas de cerrados (entre os quais alguns, despojados de qualquer vegetação arbórea, são chamados “campos limpos”) e algumas manchas de floresta de pequenas dimensões (município de Aral notadamente) ocupam o resto da região.

Os solos são muito variados, mas existe uma oposição nítida entre os que evoluíram a partir de um substrato basáltico (argiloso) e aqueles que se desenvolveram a partir do granito (argilo-arenoso). Encontram-se pequenas manchas de terra roxa em torno de Dourados e no sul. Os latossolos vermelho-es-

curo são encontrados principalmente nas zonas de campos e cerrados, têm uma fertilidade média mas são sobretudo ácidos, e, por conseguinte, têm necessidade de ser tratados. Os solos mistos, arenosos, são muito sensíveis à erosão e menos férteis. Se as zonas de floresta concentram a maior parte das terras roxas, elas se localizam igualmente em grande parte sobre solos arenosos.

Desde o fim do século XIX, pecuaristas gaúchos colonizaram os campos e cerrados sobre os quais eles praticam uma pecuária muito extensiva. A partir de 1969, agricultores mecanizados compraram-lhes a terra, que eles obtêm a preços muito mais vantajosos do que em sua região de origem, e cultivam trigo e soja. Mas sem apoio técnico e infra-estrutura suficiente para o tipo de agricultura mais tecnificada que a sua, muitos vão fracassar (Pebayle e Koechlin, 1978).

Por outro lado, desde 1940, programas de colonização municipais (Itaporã), federais (colônia federal de Dourados que abrange 5 municípios) e depois privadas (Bataiporã) vão permitir a pequenos agricultores o acesso à terra. Em Itaporã e Dourados trata-se de lotes de 30 ha de floresta onde colonos, em sua maioria nordestinos, cultivam arroz, milho, feijão, mandioca e café. A principal fonte de renda devia ser o café, mas as geadas dos anos cinquenta desencorajaram muitos produtores que começam então a cultivar algodão e amendoim. O esgotamento dos solos, trabalhados sem adubos, a erosão (solos arenosos) e o baixo nível técnico conduziram cada vez mais os pequenos produtores a entrarem em um processo de fragilização e de superexploração do trabalho familiar tal que desde os anos sessenta numerosos são aqueles que partem para o norte (centro do Mato Grosso ou pré-Amazônia). Atualmente, o Incra está implantando dois projetos de colonização no sul (Sete Quedas e Mundo Novo) em condições totalmente semelhantes.

A colonização privada se dirige a uma camada de agricultores um pouco mais favorecidos, uma vez que é necessário pagar a terra. Trata-se, nos anos cinquenta, de pequenos cafeicultores oriundos de São Paulo, expulsos pelo esgotamento dos solos. Visto que seu café vai sofrer os mesmos problemas, eles vão igualmente adotar o algodão, o amendoim e a mamona.

Na mesma época, cafeicultores de São Paulo e, mais tarde, do Paraná, onde suas plantações de café apresentam graves baixas de rendimento devido ao esgotamento dos solos, são atraídos pelos baixos preços da terra e criam plantações. Atingido pelas geadas e pela evolução dos preços, o café vai ser progressivamente abandonado e substituído por pastagens. Estas grandes plantações de café do leste vão assim dar lugar a grandes fazendas de pecuária, em geral pela substituição de proprietários (*op.cit.*). Grandes pecuaristas vão então se instalar nas zonas florestais, vindos de São Paulo, do Paraná ou do Rio Grande do Sul. A mão-de-obra que trabalhava nas plantações de café fica desempregada.

As transformações mais profundas vão ocorrer durante os anos setenta e são expressas pelos dados demográficos: a população, que tinha aumentado de 120,4% de 1960 a 1970, não cresce mais de 35,78% (superior à média brasileira, mas inferior à média do Estado). A população urbana cresce de 177,6% enquanto a zona rural perde 20% de sua população. Quatorze municípios apresentam perda absoluta de população rural (alguns perdem 50%, e mais); dois

outros têm uma perda relativa (crescimento inferior à média brasileira), quatro vêem sua população rural crescer: são estes os municípios que acolhem projetos de colonização públicos ou privados destinados a pequenos agricultores.

As regiões mais atingidas são aquelas que abrigam os antigos projetos de colonização. Mas esta evolução demográfica inclui na realidade situações muito diferentes ligadas, em particular, às aptidões agronômicas dos solos.

Já nas zonas de campos e cerrados, e após os primeiros fracassos, os agricultores do Sul vão buscar as melhores terras, contribuindo para valorizá-las. Um número significativo de pecuaristas vai então recusar-se a vender suas terras e achar mais vantajoso arrendá-las segundo contratos que implicam a plantação de uma pastagem após a cultura. O pecuarista pode assim aumentar sua capacidade de suporte graças ao tratamento com calcário, ao nitrogênio fixado pela soja e às gramíneas selecionadas.

Nas antigas zonas de floresta (hoje totalmente desbravadas) correspondentes ao projeto de colonização dos anos quarenta, a situação é mais complexa. A partir de sistemas de produção relativamente homogêneos há 15 anos, a região evoluiu no sentido da diversificação. A primeira mudança seguiu-se à substituição do café pelo algodão e amendoim. O café estava associado aos agregados, famílias que habitavam o lote do proprietário e cultivavam arroz, milho e feijão, além de plantar café para o proprietário. Eles podiam continuar as culturas alimentares entre os cafeeiros durante vários anos e faziam também a colheita do café.

As rendas menores do algodão e do amendoim e a impossibilidade de cultivar entre as linhas contribuíram para eliminar esta forma de trabalho que foi substituída pela utilização sazonal de uma mão-de-obra residente na cidade.

Mas a grande mudança foi causada pela aparição da soja. As terras roxas de floresta adquiriram rapidamente um grande valor monetário. Os rendimentos da soja são, nestas terras, cerca de duas vezes mais elevados do que nas terras de campos e cerrados. Os custos de produção são inferiores, pois não é indispensável fazer tratamento com calcário. Além disto, a maior capacidade de retenção d'água dos solos permite a cultura de inverno de trigo e, por conseguinte, rendas superiores. Nas zonas de campos e cerrados, os agricultores em geral abandonaram a cultura do trigo porque os resultados são demasiado aleatórios.

A alta do preço da terra foi tal que hoje mesmo os gaúchos não podem comprar e são obrigados a alugar a terra. A irregularidade dos contratos os leva com muita frequência a morar na cidade. Num primeiro tempo, esta alta acarretou a partida de numerosos pequenos proprietários que, desprovidos de capital, não podiam comprar máquinas nem ampliar sua propriedade. Estes partiram para a compra de uma terra maior no norte do Mato Grosso. Outros, em contrapartida, tiveram sucesso na passagem ao novo sistema de produção, seja com a compra de máquinas, graças a empréstimos bancários (entre eles, muitos se endividaram e tiveram que vender sua terra), seja alugando as máquinas. Os da primeira categoria buscaram rentabilizar ao máximo suas máquinas, arrendando terras pertencentes a outros proprietários e entraram assim em competição com os agricultores do Sul. Os lotes sendo pequenos, a soja substituiu todas as outras culturas no caso daqueles que adotaram o novo sistema de pro-

dução. Por outro lado, alguns agricultores não quiseram endividar-se junto aos bancos e continuam a praticar uma pequena agricultura de subsistência, alugando ao mesmo tempo alguns hectares a produtores de soja para obter rendas monetárias. É notadamente o caso daqueles que se encontram nas partes mais argilosas das terras argilo-arenosas.

A situação é bem diferente a leste de Dourados onde as terras arenosas predominam. Se nas terras roxas os sistemas tradicionais haviam podido manter-se mal ou bem até a chegada da soja, que acarretou o êxodo rural e a concentração fundiária, tal não ocorreu nos solos menos favorecidos. A erosão e o esgotamento dos solos, a ausência de acumulação, o baixo nível técnico e o crescimento da família haviam acarretado a partida de numerosos camponeses desde os anos sessenta. Alguns lotes foram subdivididos por ocasião das heranças ou de necessidades imediatas de liquidez. Outros, em contrapartida, foram reunidos nas mãos de um mesmo proprietário. A concentração fundiária é quase tão grande quanto nas “terras da soja”, aqui porém a causa é a pecuária, principalmente leiteira. Visto que o capital que o camponês pode obter pela realização do valor de sua propriedade é mais baixo do que quando se trata de terras roxas, os que partiram procuraram de preferência os projetos de colonização de Rondônia onde a terra é quase gratuita.

As parcelas que oferecem um acesso à água foram invadidas por pastagens. Nas outras, o sistema tradicional (incluindo algumas plantações remanescentes de café) mantém-se ainda (algodão e feijão nas melhores terras, mamona, milho e alguns pastos nas outras). O arrendamento da terra, pouco rentável, não é freqüente. A mecanização é sobretudo representada pela tração animal. As rendas são baixas, mas em troca a produção é mais diversificada. Se em certas zonas a pecuária substituiu quase totalmente a pequena agricultura (o que se traduz por uma parada do êxodo rural em 1980), em outras zonas, onde a policultura subsiste, existe ainda um potencial de êxodo rural importante que os programas de assistência ao pequeno produtor tentam barrar (luta antierosiva, piscicultura, ervilhas, ovinos e caprinos, etc.). Devido à exigüidade dos lotes, as únicas atividades rentáveis são as que apresentam um alto valor comercial por unidade. Para o desenvolvimento de tais atividades, paradoxalmente, a mão-de-obra pode vir a faltar. O êxodo rural acarretou o fechamento de escolas e a péssima manutenção das estradas. Alguns colonos um pouco afastados têm a impressão de haver voltado à situação do início da colonização.

Os novos projetos do Incra do extremo sul parecem engajar-se pelo mesmo caminho: saídas para o Norte e para a Amazônia, substituição dos colonos e extensão das pastagens.

O exemplo da região de Dourados é interessante por mais de uma razão. Trata-se de um caso de êxodo rural e de transformação/substituição de projetos de colonização, para o qual não se pode incriminar o caráter não integrado da região, a falta de estradas e a multiplicação de intermediários captando uma parte do valor. Ao contrário, a região é bem servida de estradas, a infra-estrutura bancária, escolar e comercial é satisfatória e existe mesmo uma rede de pequenas cooperativas. No entanto o resultado é o mesmo do que nos projetos amazônicos.

O êxodo rural é devido aqui a uma conjunção de vários fatores:

- Uma situação econômica estagnada; fracas possibilidades de acumulação; impossibilidade de assegurar o futuro da família em lotes muito pequenos; a queda dos rendimentos em solos pobres, a estagnação em outros. Estes fatores bastaram para dar início ao êxodo rural.
- A chegada de uma nova cultura, muito vantajosa, mas que reclama um nível técnico ao qual os pequenos camponeses não podem ascender. Isto acarreta a valorização rápida das boas terras e um êxodo acelerado. Sobre as terras menos boas, a pecuária vai desempenhar este papel, num ritmo mais lento.
- Estratégias de reprodução familiar: com efeito, numerosos camponeses dizem que seus filhos os impelem a vender e emigrar para o Norte. Caso contrário, estes últimos seriam obrigados a se tornar trabalhadores temporários ou a se colocarem no mercado urbano de trabalho, em posição pouco vantajosa.

O motor da migração é, pois, em definitivo, a valorização da terra, quando esta representa uma defasagem demasiado grande frente às rendas que a família pode esperar obter da propriedade. Isto é válido em termos relativos, é a diferença que conta, e não o valor real, visto que há ainda terra disponível no Norte a qualquer preço, inclusive gratuita.

Os fatores estruturais agravantes são a impossibilidade de aumentar rápida e significativamente as rendas camponesas, sem modificação da estrutura fundiária, e a pequena oferta de empregos urbanos locais capazes de absorver o crescimento demográfico das famílias camponesas. Mas estes empregos seriam de qualquer modo atraentes o bastante para desviar os emigrantes potenciais de uma estratégia familiar patrimonial baseada em bens fundiários? Pode-se duvidar disto, na medida em que este patrimônio é, cada vez mais, susceptível de adquirir rapidamente um grande valor sem o menor esforço.

3. A EVOLUÇÃO DOS PROJETOS FEDERAIS DE COLONIZAÇÃO DE RONDÔNIA

Rondônia é a região da Amazônia cuja ocupação é ao mesmo tempo mais rápida e mais densa. As áreas atingidas pela imigração passaram em 15 anos de menos de 1 a mais de 10 hab./km². O Inkra pôde realizar aí, mal ou bem, um verdadeiro trabalho de “reforma agrária” pelo meio indireto da colonização. O estatuto de território federal (até 1982) bem como a jurisdição sobre a zona fronteira (150 km) e os 100 km de cada lado da rodovia federal deram ao Inkra o domínio fundiário indispensável para fazer face às pretensões dos antigos proprietários ou detentores de direitos de posse. Por outro lado, é inegável que o Inkra foi constantemente impulsionado pela dinâmica pioneira à qual ele próprio havia contribuído a dar partida.

Ultrapassado constantemente pelo número de imigrantes, o Inkra não consegue implantar as infra-estruturas (notadamente as estradas vicinais) no ritmo necessário, acarretando assim a desaceleração do desenvolvimento econômico dos projetos. Foi obrigado a pôr em prática procedimentos cada vez mais simplificados e com menor assistência para a recepção dos colonos. Ocor-

rem, por conseguinte, em Rondônia, todos os tipos de ocupação do espaço, desde o núcleo original realmente planejado e assistido dos projetos iniciais de colonização até as propriedades fundiárias invadidas por posseiros à espera de solução jurídica, passando pelos diferentes projetos de instalação rápida e áreas de regularização fundiária.

Passado um tempo que varia conforme os projetos, sua data de implantação e o grau de assistência fornecido, pode-se constatar em todos os lugares um fenômeno de substituição dos colonos originais. Esta taxa é de cerca de 30%, segundo os responsáveis, para os projetos mais antigos (ela pode ultrapassar 70% em certas áreas). Alguns lotes foram divididos enquanto outros, ao contrário, foram concentrados nas mãos de um único dono. A utopia igualitária dura pouco e a estrutura fundiária parece adaptar-se progressivamente às dinâmicas sociais reais.

A diferenciação econômica é sensível. Numa amostra de 100 colonos instalados no Projeto Ouro Preto (Lena, 1981) e que, em 1980, tinham em média 5,26 anos de ocupação do lote, 18 tinham desmatado mais de 40 ha, 56 entre 20 e 40 ha e 26 menos de 20 ha. O tempo de ocupação do lote varia em função da data de implantação de cada parte do projeto, mas depende também de uma eventual mudança de proprietário, somente o último ocupante sendo aqui tomado em consideração. Percebe-se que a taxa de aproveitamento não depende unicamente da duração da ocupação. É preciso, por conseguinte, considerar os ritmos anuais de aproveitamento da terra (isto é, superfícies desmatadas ou plantadas anualmente, por medida de simplificação). Nota-se então que, se os lotes que mudaram de proprietário tinham, no momento da transação, pequenas superfícies desmatadas (causa e consequência do fracasso do ocupante anterior), seus ritmos de desmatamento são, agora, bem superiores àqueles dos lotes que conservaram seus colonos originais.

Entre os lotes que têm menos de 20 ha desmatados, os que foram comprados (que perfazem em média 2,18 anos nas mãos do novo proprietário) apresentam um ritmo anual de desmatamento de 3,50 ha contra 2,67 ha para os outros lotes.

Encontramos esta diferença, acentuada, para as outras classes de colonos.

Por outro lado, os que desmataram 40 ha ou mais (sejam colonos originais ou substitutos) apresentam um ritmo de desmatamento de 8,09 ha por ano, cerca de três vezes maior do que o grupo de menos de 20 ha. O fosso se aprofunda.

Estas disparidades a nível dos ritmos de aproveitamento são ligadas a profundas diferenças no uso do solo. Quando as superfícies desmatadas e os ritmos de aproveitamento são importantes, as pastagens constituem a forma dominante de ocupação do espaço. Certos lotes já estão totalmente plantados com pasto, contrariando a legislação do IBDF que autoriza teoricamente apenas 50% de desmatamento do lote. Esta extensão geral das pastagens (precárias e ecologicamente muito pouco satisfatórias) é sem dúvida grave, mas não deve mascarar uma outra realidade: com exceção de um certo número de colonos que se dedicam quase exclusivamente à pecuária (geralmente antigos pecuaristas que compraram um ou vários lotes), a policultura permanece um traço distintivo da colonização em Rondônia. Os 18% de colonos mais importantes da

amostra estudada detinham, com efeito, 37% das superfícies de pastos, mas também 30% do café e 32% do cacau. Por outro lado, 94% dos lotes têm uma pastagem (apesar de apenas 53% terem gado).

Pode-se assim estabelecer uma classificação dos colonos: os mais desfavorecidos são aqueles que têm um ritmo lento de valorização da terra, que têm dificuldades para implantar um sistema de ocupação permanente do espaço após a colheita anual (arroz, mas também feijão, mandioca e milho). Isto se traduz pela existência de grandes capoeiras e pela ausência ou pouca representatividade das culturas permanentes e das pastagens. São estes os colonos mais frágeis, os mais suscetíveis de vender seu lote e prosseguir sua migração. A grande maioria dos casos de fracasso pesquisados pertencem a este grupo. Os mais ricos são naturalmente os pecuaristas e os policultores que possuem superfícies grandes para cada tipo de utilização do solo. Entre estes dois, situam-se vários grupos que apresentam combinações diferentes de culturas, superfícies em produção e ritmos de aproveitamento diferenciados.

Alguns compraram máquinas de descascar arroz, serras elétricas para fabricar tábuas, caminhões, etc... Eles vendem estes serviços aos pequenos colonos, emprestam-lhes dinheiro, vendem-lhes gado e os empregam quando o dinheiro torna-se raro na entressafra. Como se chegou a isto?

No entanto, o Incra parecia ter tomado, desta vez, mais precauções do que nas zonas de colonização mais antigas: os lotes eram suficientemente grandes (100 ha) para que o esgotamento da terra não fosse uma causa imediata de abandono e para que os filhos dos colonos pudessem trabalhar na propriedade; as terras tinham sido escolhidas em função de sua fertilidade, notadamente por sua aptidão à cultura do cacau; a promoção das culturas perenes devia assegurar um nível de vida mais elevado.

Seria preciso naturalmente denunciar uma vez mais a utopia igualitária, a idéia de que se iria criar uma “democracia rural amazônica” pelo simples fato de oferecer condições de instalação consideradas como homogêneas. Trata-se de uma negação da história e das dinâmicas sociais, características das construções utópicas. O mito igualitário é um dos temas míticos indissolúvelmente ligado ao registro imaginário da fronteira ao longo de sua história, mas expresso com mais ou menos força segundo os contextos: desde os escravos fugitivos que formaram os quilombos, passando pelos posseiros que fogem dos fazendeiros e fundam “centros” na floresta, até os modernos projetos de colonização públicos e privados (o tema do “homem novo”, de uma “nova sociedade” é às vezes explicitamente utilizado nas propagandas). Como se o espaço “virgem” bastasse para engendrar relações sociais libertas do peso do passado e dos atuais determinismos sociais e econômicos. No caso da Amazônia, há uma fusão entre estas representações e todo o registro imaginário ambivalente ligado ao imenso espaço florestal (fascinação/repulsa, eldorado/“inferno verde”, esperança/perigo, etc...). Os projetos de colonização representam, de maneira geral (isto é, não somente no Brasil mas no mundo inteiro), a realização, pelos poderes públicos ou sociedades privadas, de uma construção utópica com todas suas características (obsessão pela ordem, pela organização, pelo geométrico) que acaba em última análise na elaboração de uma estrutura vazia de sentido, na qual foram negligenciados os mecanismos reguladores, que pode-

riam eventualmente possibilitar a correção das tendências evolutivas decorrentes das dinâmicas sociais reais. Assim, todos os projetos de colonização conhecidos derivam ou se ajustam a estas dinâmicas, num tempo variável, mas em geral curto.

Toda tentativa simples (isto é, apoiada num só fator ou grupo de fatores) para explicar o processo de diferenciação social e econômica no interior dos projetos está condenada ao malogro. Trata-se de um processo extremamente complexo, do qual não se pode captar todas as variáveis e todas as combinações. Por outro lado, os caminhos da diferenciação são diferentes de um país para outro, de uma região e mesmo de um projeto para outro (para além, é claro, de um certo número de traços comuns). Não se pode senão buscar identificar tendências e dinâmicas, que são resultados de processos, de sinergias, extremamente variados. Procurar, a partir de tais análises, construir um ideal seria sucumbir à cilada utópica já denunciada. É preciso reconhecer claramente a impossibilidade de evitar um processo de diferenciação. Poder-se-ia, entretanto, evitar a concentração fundiária, diminuir o número de fracassos e favorecer a promoção social de um número maior de colonos, graças a políticas adequadas. Um certo número de erros poderiam ser evitados desde o início, integrando de saída a dimensão histórica e social (isto é, prevendo os desvios e instalando mecanismos reguladores), mas sobretudo respondendo à evolução da demanda durante a história dos projetos, concebidos de maneira dinâmica. Para isto é indispensável favorecer a organização e a conscientização dos colonos a fim de que a demanda possa ser formalizada e identificada e que os poderes públicos possam tratar com sujeitos coletivos representativos de interesses definidos. Paradoxalmente, é provavelmente ao reconhecer seu fracassamento social e ao integrar suas lutas internas que um projeto pode avançar e garantir uma verdadeira promoção social para a maioria de seus participantes.

Atualmente certas organizações se esforçam para catalisar estas dinâmicas, com êxito variável. Trata-se das comunidades de base católicas, comunidades protestantes de diferentes credos, sindicatos e comunidades criadas pelos poderes públicos. Deve-se, de passagem, saudar sua ação, pois elas oferecem uma via de socialização, de conscientização e de ação que vem preencher muito a propósito o vazio da estrutura proposta aos colonos. Quase todos seus responsáveis queixam-se, todavia, dos numerosos fracassos que acompanham toda tentativa de ação coletiva bem como da rotatividade acentuada dos participantes.

Boa parte dos casos de fracasso parece decorrer da perpetuação do mito igualitário e da não-consideração do caráter individualista das estratégias de promoção social. Os colonos entram num grupo quando julgarem que este pode lhes trazer alguma coisa num dado momento, e saem dele quando seu interesse individual não coincide mais com o interesse coletivo. Este fenômeno é ainda aumentado pelas lutas políticas locais e pelo clientelismo. A socialização com base ideológica mantém-se melhor no caso das seitas mais fanatizadas, sem no entanto impedir a diferenciação econômica. Esta pode mesmo ser integrada às representações do grupo e valorizada, o que não é o caso das comunidades católicas em geral.

Os sindicatos representam uma tentativa de lutar com base nos interesses

concretos dos participantes e de formular as reivindicações a partir de um discurso político; mas as lutas internas pelo poder, o fracionamento político (que nem sempre corresponde a situações concretas reais mas antes a conflitos entre pessoas ou a “sensibilidades” diferentes) entravam sua ação. O processo político sofre dos mesmos males que a fronteira em geral, falta-lhe ainda maturidade. Por isso os colonos costumam às vezes a se identificar com os agrupamentos que lhes são propostos e permanecem desconfiados.

Examinemos, rapidamente os fatores de diferenciação social mais aparentes nos projetos públicos de colonização de Rondônia.

3.1. Fatores gerais

1. O capital inicial. Este é naturalmente um fator muito importante que permite a certos colonos alcançarem a primeira colheita sem trabalhar para outros, plantarem culturas perenes sem se endividar (e sem passar pelos numerosos procedimentos administrativos que representam uma perda de tempo considerável) e até mesmo empregarem mão-de-obra. O processo de acumulação pode ser iniciado imediatamente com menores riscos. Trata-se, entretanto, de uma explicação necessária, porém insuficiente. Para dar-nos conta disto, basta comparar colonos com o mesmo capital inicial.

2. A experiência anterior. Moran (1978) mostrou, com o estudo de uma agrovila da Transamazônica, o quanto os colonos se diferenciam no que diz respeito a sua experiência agrícola anterior. Alguns sempre foram dependentes, sejam assalariados sejam meeiros, outros, ao contrário, foram pequenos produtores autônomos, já contraíram empréstimos, encarregaram-se da comercialização de seus produtos e tentaram adaptar-se ao mercado urbano produzindo em função da demanda. Alguns colonos têm mesmo uma verdadeira experiência urbana. Estas diferenças são perceptíveis a nível das práticas, das atitudes, dos projetos de vida e do grau de integração ao modelo econômico dominante. Elas induzem diferentes capacidades de iniciativa e de adaptação. É fácil porém encontrar antigos meeiros, sem capital inicial, que “venceram” e outros que estagnaram ou mesmo fracassaram. Além dos fatores específicos que serão mencionados adiante, dois outros fatores gerais exercem sua influência nestes casos.

3. A estrutura da família. A fase da evolução demográfica familiar, na qual a relação entre o número de bocas a alimentar e o número de pessoas ativas é mais favorável, constitui um fator importante não somente, como mostrou Chayanov, no que diz respeito à disponibilidade em trabalho, mas também do ponto de vista da dinamização da unidade de produção (inovação, pressão dos jovens, etc. ...). Trata-se de um multiplicador de outros fatores.

4. Os fatores sócio-culturais. É relativamente fácil isolar colonos para os quais os três fatores acima são equivalentes e que apresentam todavia uma diferenciação acentuada depois de alguns anos. Eder (1982) dedicou-se a buscar as causas deste fenômeno numa situação de fronteira nas Filipinas. Estes fatores são freqüentemente eludidos nas pesquisas por duas razões: de um lado, parecem estar próximos de explicações de caráter psicológico, e até mesmo genético; de outro lado, estes fatores se integram mal nos modelos racionais

de interpretação e nas estratégias de ação. Eles representam, todavia, um núcleo irreduzível que interfere constantemente com os outros fatores. Próximos das categorias descritas por Moran, estes fatores, entretanto, não se confundem com elas. Consideramos, com Eder (*op. cit.*), que eles são o resultado, hoje perceptível a nível das atitudes e comportamentos, de “experiências de vida” passadas cujas circunstâncias concretas podem ser objetivamente descritas e compreendidas sem por isso enveredar pelo caminho de um determinismo ingênuo. Haverá sempre uma parte de imponderável e seríamos tentados a dizer “felizmente”. O essencial não está aí mas nos eventuais mecanismos que permitiriam limitar as tendências à desigualdade e sobretudo romper os mecanismos de reprodução da desigualdade, sem com isso amarrar os colonos ao pelourinho e retirar-lhes toda iniciativa.

Estes quatro fatores gerais apresentam entre si múltiplas combinações, que se vêm acrescentar aos fatores específicos, entre os quais citaremos apenas os principais:

— A situação do lote. O traçado geométrico do lote praticamente não leva em consideração a qualidade dos solos e os acidentes topográficos. As estradas cortam numerosos *talwegs* e as construções necessárias para as vias de acesso são freqüentemente destruídas na estação de chuvas. Numerosas estradas vicinais são transitáveis apenas dois ou três meses por ano, isolando os colonos e tornando quase impossível a comercialização da colheita. Certas parcelas não têm acesso à água, outras são parcialmente inundadas durante vários meses ou apresentam uma topografia muito acidentada. As boas terras são repartidas de maneira muito desigual, favorecendo a diferenciação dos modos de utilização do solo e a renda diferencial. O afastamento com relação aos centros urbanos e à estrada principal repercute sobre: o grau de valorização da terra; a qualidade da assistência técnica, médica e escolar; o grau de integração aos procedimentos administrativos e bancários, assim como os preços ao produtor praticados pelos intermediários. O acesso ao crédito é assim ligado a um modelo espacial.

— A doença, principalmente a malária, que é responsável pela perda de um grande número de dias de trabalho e de um enfraquecimento dos colonos atingidos.

— O atraso na execução das obras de infra-estrutura. Alguns colonos esperam dois anos pela abertura de uma estrada vicinal dando acesso a seu lote, comercializando alguns sacos de arroz transportados nas costas, a pé, através de alguns quilômetros.

— A ausência de conhecimento do meio; os métodos empíricos de seleção dos solos, notadamente para as culturas perenes, acarretaram custosos malogros.

Se é fácil compreender que, neste jogo, aqueles que têm o hábito de gestão de um negócio e possuem um pequeno capital inicial têm mais chances que os outros, é particularmente interessante saber como alguns, dentre os mais desfavorecidos, conseguem manter-se e acumular.

O acesso às culturas perenes e a presença de agregados no lote são os dois pontos fundamentais. O esquema clássico é o seguinte:

— Uma estrutura favorável da mão-de-obra familiar possibilita produzir um excedente, comprar sementes de café e cacau (ou plantar as

sementes de café trazidas por eles) e fornecer alimentos a uma ou duas famílias de agregados, esperando que estes obtenham sua própria colheita. Estas condições favoráveis de produção puderam ser substituídas pelo crédito na época em que a inflação e os juros não eram muito altos (5). Era necessário além disto estar próximo da estrada e ter boas terras.

- Quando a plantação começa a produzir, os agregados participam da manutenção e da colheita em troca de uma parte do produto. É pois uma mão-de-obra que não custa nada, pelo menos diretamente, e permite também tornar mais firme a base alimentar da propriedade (especialmente em casos de doença ou de azares climáticos ou ecológicos). Constata-se, com efeito, que os lotes que possuem agregados sofrem muito menos fracassos.
- Para valorizar o lote e o trabalho de desbravamento, o colono planta freqüentemente uma pastagem sobre a parcela onde ele colheu o arroz e o milho. O dinheiro ganho com a plantação é poupado sob a forma de gado. Este último é um capital que não se desvaloriza e não está submetido às flutuações dos preços dos produtos alimentares. O camponês vende conforme suas necessidades.

Utilizando este triplo sistema — agregados, culturas perenes, poupança sob a forma de gado — antigos meeiros, totalmente desprovidos de recursos iniciais, tornaram-se hoje proprietários de um caminhão e comercializam sua própria colheita.

Perto das cidades, alguns apostam no leite, nos ovos, galinhas e porcos. Outros, em condições pedológicas difíceis, tentam os ovinos e caprinos. Colonos recém-chegados (Rio Grande do Sul) alugam ou compram tratores e apostam na cultura mecanizada do arroz, do milho e do feijão. É ainda cedo para avaliar as conseqüências desta última prática a nível da erosão e do empobrecimento dos solos; o exemplo de outras “fronteiras” todavia não é nada encorajador.

Nota-se uma tendência generalizada a fazer experiências, a diversificar as fontes de renda, notadamente no que se refere às culturas perenes: guaraná, seringueira, castanheira-anã, mamona, etc. ... Quando a localização e as condições de comercialização permitem, numerosos colonos tentam melhor repartir suas rendas ao longo do ano, obtendo assim um certo grau de segurança.

É certo que são sobretudo os novos colonos, aqueles que compraram um lote, os “administradores”, os responsáveis por estas dinâmicas, mas os antigos colonos, que até o momento estagnavam, são arrastados por esta efervescência (6).

A aceleração do processo de fronteira em Rondônia, a relativa densidade

(5) De fato o crédito agrícola sempre foi subsidiado, mas as altas taxas de inflação, a fixação dos preços de compra muito meses antes da colheita e o jogo dos intermediários tornavam muito difícil uma saudável gestão dos empréstimos.

(6) As mudanças nos sistemas de produção e a diversificação das culturas acarretam uma forte demanda de mão-de-obra. Constatamos que a fixação à terra dos proprietários de lote passa pela utilização de mão-de-obra externa. Mas, no caso estudado, não se trata de relação salarial.

das infra-estruturas, as culturas perenes, o crescimento do fenômeno urbano, o asfaltamento da rodovia Cuiabá-Porto Velho levaram a uma valorização rápida da terra segundo um esquema espacialmente diferenciado que acarretou numerosas vendas de lotes. Assim, um pequeno produtor de cacau à beira da estrada vendeu recentemente sua plantação por 700.000 cruzados para comprar um comércio na cidade. Certos colonos afastados aceitam 7.000 cruzados por seu lote e tentam recomeçar em outro lugar, mais longe, desta vez com um pequeno capital. O verdadeiro fracasso é a venda do lote para pagar uma dívida, o que infelizmente ocorre com frequência.

De um lado a renda diferencial (devida, seja à localização, seja à qualidade da terra) seleciona duramente os colonos, de outro assiste-se à multiplicação das estratégias de resistência. Se o otimismo ingênuo está excluído pelos fatos, parece que não se deve também entregar-se ao pessimismo sistemático: alguma coisa está acontecendo em Rondônia, dinâmicas positivas aparecem pouco a pouco na luta e na experiência cotidiana.

O papel dos poderes públicos deveria ser o de ajudá-las a se implantarem.

4. A COLONIZAÇÃO PRIVADA NO MATO GROSSO

As empresas de colonização são empresas que diversificam seus investimentos (Andrade Gutierrez, por exemplo) ou cooperativas agrícolas do Sul, ou então empresas de colonização que já têm uma experiência no Paraná ou no Estado de São Paulo. O preço a pagar pela terra seleciona uma categoria de camponeses relativamente abastados. Não se encontra entre seus aderentes camponeses sem experiência, como é o caso dos projetos públicos, cuja função social era primordial, ao menos até 1974.

Frente aos custos da colonização pública, a seu papel negligenciável para o abastecimento do mercado interno e às dificuldades crescentes encontradas pelo pequeno campesinato do sul para se reproduzir localmente, o Estado encorajou fortemente a colonização pelo setor privado.

A seleção dos colonos sendo realizada no ponto de partida e não no lugar de chegada (como é o caso da colonização pública), estes projetos não sofrem a pressão demográfica que obriga a precipitar a execução das obras de infra-estrutura. Cada gleba do projeto vai sendo aberta segundo o ritmo da demanda e da valorização do solo.

A maioria das colonizadoras privadas adotaram um esquema “em espinha de peixe” a fim de construir as estradas sobre os divisores de água, evitando assim numerosas e precárias obras. Cada lote tem em princípio acesso a um curso d’água e a uma estrada transitável durante a maior parte do ano. O Incra, aliás, adotou este modelo para seus últimos projetos em Rondônia.

É importante notar que é o Estado (federal ou local) que permite a valorização da terra (e, por conseguinte, assegura os lucros da empresa), através da abertura e manutenção das estradas, da concessão dos títulos definitivos de propriedade, da implantação de agências do Banco do Brasil, do sistema federal de créditos, etc. ...

Tratar-se-ia, enfim, do modelo ideal de colonização? A resposta só pode ser negativa e sobretudo muito nuançada. Constatemos antes de tudo que ape-

sar de algumas características comuns, enumeradas acima, os projetos privados diferem fortemente entre si. Alguns sofreram fracassos notórios, como o da Coopercana (Dos Santos, 1985), no qual ocorreu até mesmo o retorno ao local de origem de 50% dos colonos; ou ainda o da Colider onde o Incra teve que substituir em parte a empresa a partir de 1982, para evitar uma degradação ainda mais grave da situação dos colonos. Outros, ao contrário, parecem bem administrados (Alta Floresta, Sinop, ...), mas ainda assim enfrentam numerosos problemas. A má gestão de uma sociedade privada de colonização coloca os colonos numa situação semelhante àquela dos colonos “espontâneos”, em curso de regularização, da periferia dos projetos públicos: sem acesso à estrada; impossibilidade de comercializar a produção, de obter crédito sem título definitivo; problemas de saúde e de escolarização para os filhos; etc.... Os participantes dos projetos privados são por outro lado mais exigentes do que os dos projetos públicos. Eles pagaram. Habituaados a comercializar sua produção e a ter acesso a serviços escolares e sanitários de qualidade média, eles exigem condições decentes e a possibilidade de operacionalizar rapidamente um sistema lucrativo de produção.

O projeto Sinop parece ser um modelo deste tipo. Bem concebido e bem administrado, está integrado a uma fábrica de produção de álcool de mandioca. Os administradores confessam 10 a 15% de desistências, em geral durante o primeiro ano, o que é inferior aos projetos públicos.

Contudo, se a cidade parece muito ativa, a zona rural parece viver em ritmo desacelerado. A produção é fraca, e o fato que o município de Sinop seja o 4.º do Estado, em termos de recolhimento de impostos sobre as mercadorias que saem de seu território, não deve iludir: é a madeira, subproduto dos desmatamentos, que o explica. Isto ocorrerá apenas durante um tempo; em seguida será necessário achar novos recursos.

A maioria dos colonos vêm do Paraná e são antigos pequenos proprietários. A origem social é, pois, mais homogênea do que nos projetos públicos. Ocorrem, no entanto, diferenças importantes: como em todos os projetos privados, encontra-se colonos que esgotaram totalmente seu capital (produto da venda do minifúndio no lugar de origem) na compra da terra e se acham em condições muito semelhantes àquelas dos colonos do Incra. Estes pequenos colonos em geral não utilizavam máquinas, cultivavam o café e as culturas alimentares de base. No projeto Sinop, eles logo descobriram que as terras eram de má qualidade e que o café suporta mal a estação seca (maio a outubro); enfraquecido, o café é atacado pelos parasitas. Além disto, o IBC não atua na região. O café, sem classificação, é vendido ao mais baixo preço.

Um outro problema se coloca para os colonos que querem dedicar-se a culturas grandes consumidoras de trabalho: a escassez de mão-de-obra. A compra da terra e a seleção dos colonos no lugar de origem apresentam talvez a vantagem de evitar a anarquia das migrações espontâneas, mas, em contrapartida, desencorajam os camponeses sem terra a tentarem sua sorte e a esperarem uma eventual seleção (ou a possibilidade de efetuar uma posse), trabalhando para outros. Os imigrantes não param no projeto Sinop, eles continuam em direção ao norte (Colider, Guarantã, ...), onde o Incra desenvolve suas atividades.

Os colonos sem capital devem, pois, recorrer a outras estratégias: criação

de porcos e galinhas, pequena criação leiteira. O essencial é repartir as rendas ao longo do ano. Alguns fazem um contrato com a fábrica de álcool e plantam mandioca. Mas, apesar do preço ser indexado ao custo da gasolina, trata-se de uma atividade pouco rentável: os rendimentos são 50% inferiores aos que se pode obter no projeto Colider. Cultivada em parcelas não-destocadas, a mandioca necessita de muita mão-de-obra na ocasião da colheita; por outro lado, o baixo custo da unidade de volume torna proibitivo o transporte em longas distâncias.

Os colonos mais capitalizados se dividem em dois grupos:

- Os que tentam a mecanização e efetuam a destoca (em geral depois de alguns anos de cultura manual, a fim de que as raízes comecem a apodrecer). Estes recorrem ao crédito bancário e à assistência técnica da Emater. Eles plantam arroz, milho, e feijão; alguns fizeram também um contrato de venda de mandioca com a fábrica (as culturas alimentares podem, aliás, ser feitas entre as linhas de mandioca). Estão à procura das estratégias mais rentáveis e por isto tentam um pouco de tudo: seringueira, guaraná, urucum, mamona, criação de porcos e frangos, criação de pomares. Muitos parecem ter esperança na soja.
- Os que esperam que as condições de produção se modifiquem e que a terra seja valorizada. Se 80% dos lotes demarcados foram vendidos, em compensação somente 30% foram aproveitados. As terras parecem estar “em reserva”, à espera da difusão de uma atividade rentável. Os proprietários ainda habitam sua propriedade no Paraná ou então vivem na cidade. De qualquer forma eles não necessitam destas terras para assegurar sua sobrevivência. A soja, cujos primeiros campos já se podem observar, teria podido sem dúvida desempenhar um papel dinamizador sem a queda relativa de seu preço de compra. O movimento está atualmente desacelerado; até quando?

Apesar do baixo preço da terra e da insuficiência relativa dos investimentos, podemos perguntar-nos se a região tem interesse em fazer concorrência com o Sul em produtos como o arroz, o milho e o feijão. Somente a soja, graças aos subsídios e à organização do mercado, poderia ser rentável em agricultura mecanizada.

Melhor seria explorar uma vantagem natural (“renda de situação”) graças às culturas perenes tropicais. Seria necessário, contudo, realizar estudos agronômicos e de mercado. A seringueira parece adaptar-se à região, mas exige a abertura de linhas especiais de crédito, atualmente inexistentes no local.

De maneira geral, não se assiste à implantação de um sistema de produção estável, produtivo, mas muito antes a uma série de tentativas. Mais ao norte, onde as terras são melhores, as culturas perenes são muito mais importantes, chocando-se, porém, com os eternos problemas de mão-de-obra, de crédito e de comercialização.

No projeto Sinop, o apoio ao surgimento de um pequeno campesinato capitalizado e produzindo para o mercado, através de projetos privados de colonização, não parece estar em melhor caminho do que nos projetos públicos. Num caso há substituição dos colonos, no outro, desaceleração das atividades, mas o resultado é pouco diferente do ponto de vista do mercado.

A propriedade privada da terra pode ser uma condição necessária mas não suficiente. Os pequenos posseiros sabem disto.

Uma dúvida paira igualmente sobre a estrutura fundiária destes projetos. Não é certo que eles possam manter indefinidamente o módulo de propriedade rural estabelecido por eles (cerca de 80 a 200 ha).

Em Alta Floresta, já se nota uma concentração e um desmembramento dos lotes. Além disto, a valorização da terra elimina pouco a pouco a clientela de pequenos camponeses. Estes não podem mais comprar. Para conservar um número suficiente de compradores potenciais (os mais capitalizados não compram nos projetos e exigem boas terras) algumas companhias colocam à venda lotes de menores dimensões. Assim o Incra autorizou, em 1984, a venda de lotes de 30 ha. Os projetos privados correm o risco de assemelhar-se cada vez mais aos projetos públicos. Tanto mais que os pequenos proprietários preferem obter um lote quase gratuito do Incra e assegurar um bom começo do que esgotar seu capital na compra da terra. Estes são cada vez mais numerosos a procurar os projetos do Incra.

Enfim, se os projetos privados puderam parecer, durante certo tempo, ao abrigo das dinâmicas sociais da fronteira, já não é mais assim hoje em dia. As invasões, seja das reservas florestais dos projetos, seja dos próprios projetos (como é o caso do projeto da Andrade Gutierrez no Pará), são susceptíveis de comprometer a rentabilidade de tais operações.

5. A MIGRAÇÃO NÃO-CONTROLADA: LUTA PELA TERRA NO NORTE DE GOIÁS

Região de florestas, de pastagens naturais e de babaçuais (*Orbignya martiana*), o norte do espigão entre o Araguaia e o Tocantins é, desde há muito tempo, conhecido por suas terras devolutas que acolheram, há mais de um século, migrantes vindos do Maranhão e do Nordeste. A região de Tocantinópolis foi a primeira a ter um estabelecimento permanente (1818). Todo o espigão era então povoado pelos índios Apinagés, contatados pela primeira vez em 1774, e cuja população era estimada em 4.200 hab., divididos em 4 aldeias. As primeiras cabeças de gado aparecem por volta de 1860 e ocupam as pastagens naturais. Os pequenos posseiros se instalam ao longo dos cursos d'água nas galerias florestais, cultivam arroz, mandioca, feijão e exploram o babaçu por seu óleo, mas também por uma série de subprodutos. A procura do ouro, de peles e de madeira de lei atrai cada vez mais pessoas entre as quais alguns acabam por se fixar. Todavia é apenas pelo fim do século que a imigração se torna realmente importante. O rebanho bovino cresce sensivelmente e Tocantinópolis torna-se um pequeno centro regional. O interior do espigão, em particular o extremo norte onde as florestas são mais densas, permanece não ocupado.

Esta imigração será, como em todos os outros lugares, fatal para os índios: em 1859 a varíola reduziu-os a 1.800 ou 2.000. Em 1897, eles não são mais do que 400, em 1928, 150. Somente após a Segunda Guerra Mundial eles vão apresentar um início de recuperação, para atingir atualmente o número de 483

habitantes (Unkel, 1956). Eles não puderam, pois, opor nenhuma resistência à ocupação de seu território.

Uma nova onda de pecuaristas chegou nos anos 1945-50, sem provocar conflitos com os pequenos posseiros, já que eles não exploravam o mesmo meio ecológico. A partir de 1950, os pequenos posseiros, fugindo da seca e da concentração fundiária do Nordeste, não param de chegar à região. Eles se instalam lá onde existem terras devolutas, isto é, no meio do espigão e no extremo norte, perto da confluência. Às vezes, o primeiro a chegar dá seu nome ao povoado. Estes são com freqüência chamados de “centros”, refletindo a velha oposição centro/beira; o centro é um espaço interior, selvagem; a beira é a margem do rio ou da estrada, o lugar de passagem, a civilização, em suma. Isto mostra que os primeiros ocupantes se embrenharam na floresta, longe de todo lugar habitado, para criar sua posse, sua roça. Os mais antigos povoados do extremo norte datam do início dos anos cinquenta: Sítio Novo, 1950; Axixá, 1956; São Miguel, 1954; São Sebastião e Buriti, 1961; Augustinópolis, 1962; Sampaio, 1967; Centro dos Mulatos, 1968; etc. ...

Assim, em 1960 a região de Tocantinópolis (7) já apresenta uma densidade demográfica de 4 hab./km², superior à média de Goiás (2,98 hab./km²) e sobretudo bem superior à região de Araguaína, imediatamente ao sul e a sudeste onde a densidade não passa de 0,77 hab./km².

De 1960 a 1970, a região de Tocantinópolis vai registrar um crescimento próximo da taxa de crescimento natural de sua população (35%). Deve-se, no entanto, distinguir o sul da zona, onde a ocupação é antiga (século XIX) e onde ocorre uma perda relativa de população, e o norte, ocupado recentemente por pequenos posseiros, que vê sua população aumentar de 47,5%, e mais ainda nos municípios do extremo norte. Mas é a região de Araguaína que apresenta a mais alta taxa de crescimento (355%). Esta é uma consequência da abertura da rodovia Belém-Brasília. O fluxo leste-oeste dos migrantes nordestinos vem encontrar aqui o fluxo sul-norte dos pecuaristas e especuladores.

De 1970 a 1980, o Estado de Goiás não aparece mais como uma “fronteira” do ponto de vista demográfico, seu crescimento é próximo da taxa natural; em compensação, ele perde 14,3% de sua população rural.

Esta é, ao sul e no centro, a época da expansão da soja, da pecuária e da expulsão dos pequenos posseiros. O norte é afetado à sua maneira por esta dinâmica: se a região de Araguaína apresenta um crescimento significativo, ele se deve a suas cidades, pois sua população rural cresce a um ritmo inferior à taxa natural (23%); quanto à região de Tocantinópolis, ela registra uma ligeira perda relativa de população, mais forte na zona rural. Somente os dois municí-

(7) Administrativamente, o norte de Goiás está dividido em duas regiões, cada uma abrangendo vários municípios: região de Tocantinópolis (17.495 km²) e região de Araguaína (19.757 km²). Com o sul do Pará e o oeste do Maranhão, elas constituem a zona de jurisdição do Getat, órgão federal criado em 1980 e diretamente ligado ao Conselho de Segurança Nacional. Sua missão oficial era de “pôr ordem” na anarquia da ocupação fundiária (fonte de violentos conflitos) e fixar a propriedade da terra a fim de tornar possível a gestão do imenso pólo mineiro, agrícola e industrial de Carajás, onde os capitais nacionais e estrangeiros deviam poder investir com toda a segurança.

prios do extremo norte, São Sebastião e Augustinópolis, apresentam um crescimento absoluto de sua população rural (58,4%), bem inferior contudo ao crescimento urbano (377%). Em todos os outros lugares, ocorre êxodo rural, relativo ou absoluto. Ele é absoluto (— 20%) nos dois municípios mais densamente povoados: Axixá (63,56 hab./km²) e Sítio Novo (22,86 hab./km²). Ao sul da região de Tocantinópolis, onde existe desde o século passado uma população de fazendeiros tradicionais e de pequenos posseiros vivendo em relativa harmonia, a imigração é fraca e os conflitos mais raros.

É nas zonas pouco ocupadas do Norte que vão explodir os conflitos mais violentos. Os pecuaristas e especuladores do Sul são atraídos pela abertura da Transamazônica (1970) e pelo asfaltamento da Belém-Brasília (1974) que prometem uma valorização rápida da terra. Situado praticamente no cruzamento destes dois eixos, o norte de Goiás vai sofrer fortes pressões. Por outro lado, os fazendeiros buscam agora a floresta e não mais somente as pastagens naturais. Os pastos cultivados permitem uma melhor capacidade de suporte, e a exploração da madeira rentabiliza os investimentos. A região vai então conhecer uma onda de grilagem; notários e advogados inescrupulosos falsificam títulos de propriedade ou os fabricam totalmente. Eles se apóiam em títulos muito antigos cuja evolução ninguém é capaz de reconstituir, ou então fabricam atos de venda provando que uma terra mudou várias vezes de proprietário. Assim a propriedade adquire um valor jurídico pela multiplicação das transações. Em todo caso, a menos que ocorra uma vigorosa ação jurídica da qual os posseiros, analfabetos em sua maioria, são incapazes, estes documentos são aceitos pelas autoridades locais, que oferecem até mesmo o apoio da polícia e do exército para expulsar os posseiros. Com frequência, sobretudo quando temem uma ação jurídica, os fazendeiros recorrem à intimidação e à violência. O caso mais famoso de intimidação e de conluio entre os poderes públicos e os fazendeiros é, sem dúvida, o “bombardeio” de Sampaio em 23 de julho de 1979 (8). Numerosos posseiros foram assassinados por pistoleiros; o que é novo em contrapartida é a réplica dos camponeses: desde há alguns anos pistoleiros e fazendeiros também perderam a vida nos conflitos.

Os conflitos são diretamente ligados à chegada da “gente do Sul”. Em Araguatins, grilagem e expulsões violentas ocorrem entre 1970 e 1973; em Itaguatins a partir de 1972, com recrudescência de 1975 a 1980; em Axixá os problemas começam em 1974; no Centro dos Mulatos se seguem à chegada de três fazendeiros em 1974 e 1975, com uma confrontação violenta em 1979; em Sampaio tudo começa em 1975, etc. ... Embora a imigração dos pequenos posseiros tenha sido contínua, os povoados citados já eram importantes na época dos conflitos (Sampaio tinha 300 casas em 1975), não sendo, pois, como dizem os fazendeiros, a chegada dos posseiros que veio desestabilizar uma situação outrora equilibrada. O que ocorre é exatamente o inverso.

Desde há alguns anos os posseiros, apoiados por religiosos pertencentes à Comissão Pastoral da Terra — CPT, vêm se organizando, resistindo e tentando

(8) Cinco bombas foram jogadas de um helicóptero na periferia do povoado. Os ocupantes desceram em seguida e ameaçaram os habitantes caso estes continuassem a invadir as propriedades alheias.

fazer valer seus direitos. Em quase todas as vilas, uma seção local do Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi criada com ajuda do Partido dos Trabalhadores (PT). Advogados ligados ao sindicato ou à CPT oferecem seus serviços. Pequenas cooperativas dão seus primeiros passos à sombra destes organismos.

O movimento já pode contabilizar um certo número de vitórias: posseiros permaneceram na terra apesar dos esforços do fazendeiro; certas fazendas foram desmembradas e divididas em lotes distribuídos aos posseiros. É todavia bem pouco em comparação com a amplitude do problema.

Recentemente, as reivindicações dos posseiros tomaram uma forma mais política: a luta por uma verdadeira reforma agrária e a aplicação, no norte de Goiás, do módulo amazônico de 100 ha por família.

Desde 1980, o volume global da imigração tende a aumentar, de um lado em razão dos dois anos de forte seca que afetam o Nordeste, mas também sob o efeito da evolução da estrutura fundiária no Maranhão (concentração, extensão das superfícies dedicadas à cana-de-açúcar, substituição dos agregados de fazenda por uma mão-de-obra assalariada). O norte de Goiás goza ainda de sua reputação de terra devoluta, sendo de outro lado a porta da Amazônia e a proximidade dos garimpos (especialmente Serra Pelada).

Atualmente, porém, os imigrantes têm mais dificuldades de efetuar uma posse; daí sua concentração nas cidades onde encontram pequenos empregos urbanos, em geral complementados por um trabalho de diarista agrícola. Alguns alugam terras, seja de fazendeiros, seja de posseiros mais antigos.

Isto é uma consequência direta das imobilizações fundiárias realizadas pelos fazendeiros. A estrutura fundiária aparece efetivamente muito desequilibrada; em Araguatins, onde o processo de expulsão foi levado a seu ponto mais extremo, 15,5% dos proprietários possuem 85,5% das terras enquanto que 46% partilham 3,1% do solo.

Lá onde os posseiros são em maior número e mais organizados, o processo pôde ser desacelerado, ou mesmo interrompido. Entretanto, um outro fenômeno vem aumentar a demanda potencial da terra: os fazendeiros deixam de empregar em suas terras famílias de pequenos camponeses (como era o caso anteriormente) com medo de estes não queiram mais sair. Por outro lado, a situação de bloqueio fundiário devido à presença dos fazendeiros desorganiza a economia tradicional regional na medida em que os proprietários não deixam mais os camponeses entrar em suas terras para colher o babaçu, cujas rendas, melhor distribuídas ao longo do ano, são indispensáveis à economia camponesa.

Num certo número de municípios, a reforma agrária radical, na base de 100 ha por família, já era impossível em 1980. Sem contar os empregados agrícolas residentes nas cidades, e supondo a exclusão de todos os fazendeiros (isto é, redistribuindo a totalidade do espaço entre as famílias rurais), ter-se-ia obtido, naquela data, 72 ha por família em São Sebastião e Augustinópolis, 40 ha em Sítio Novo e 18 ha em Axixá. Hoje os números seriam ainda menores. Sérias adaptações dos sistemas de produção e das práticas camponesas serão portanto necessárias em todos os casos.

Em caso de conflito ou de fragmentação demasiado grande da propriedade, a política do Getat é oferecer terras no sul do Pará. Alguns aceitaram, mas

muitos dentre eles voltaram. O isolamento e a precariedade das infra-estruturas são as causas. Trata-se, com efeito, de camponeses habituados a viver em povoados; ora, nos projetos de colonização, a manutenção da solidariedade é extremamente difícil.

Os pequenos camponeses vieram atraídos pelas terras devolutas do Estado de Goiás e se apropriam delas segundo o sistema da posse, origem de numerosas ambigüidades, tanto do ponto de vista jurídico como das práticas sociais. Se não há título de propriedade no sentido jurídico moderno do termo, existe contudo apropriação individual na medida em que os camponeses sabem que tal capoeira pertence a tal agricultor e a respeitam. Esta capoeira não retorna, pois, a um fundo comunitário após a cultura e pode mesmo ser vendida. Não observamos sistemas de “comunais” como esperávamos encontrar após a leitura de certos trabalhos. Além disto, a posse não se refere apenas ao trabalho passado (capoeira), ela antecipa igualmente as necessidades futuras: às vezes o lote é demarcado (fenômeno recente); com maior freqüência trata-se de direções de desbravamento, limitadas pelos acidentes naturais e pelas frentes de desbravamento dos vizinhos. Em caso de venda, esta parte ainda intacta é igualmente incluída na transação.

Isto quer dizer que não existe diferença alguma entre este sistema e a lógica da apropriação jurídica em que se apóiam os fazendeiros e os órgãos estatais? É preciso antes de tudo ressaltar que os camponeses falam de uma verdadeira ruptura. Eles têm efetivamente a impressão de que o estabelecimento da propriedade jurídica da terra acarreta uma modificação importante do sistema deles, no sentido de um fechamento, de um bloqueio, tanto do ponto de vista do acesso à terra quanto das relações sociais no interior da comunidade. Mas estas transformações são provavelmente menos a consequência da propriedade privada (jurídica) da terra em si do que da reunião de uma série de fatores que ela vem de algum modo amplificar e cristalizar. Entre outros: a saturação fundiária (provocada pela extensão das fazendas e acentuada pelo aumento dos fluxos migratórios) e a valorização da terra. Existe assim o desaparecimento das terras devolutas, acessíveis sem nenhum capital e sem conflito. Os novos migrantes e os filhos dos antigos vêem, pois, suas esperanças frustradas por aquilo que eles consideram ser a intervenção de fatores externos. Por outro lado, a valorização do solo leva cada vez mais camponeses a venderem suas terras; alguns (pouco numerosos contudo) buscam obter terra para revendê-la, outros reivindicam superfícies superiores a suas necessidades, pois elas representam agora um real valor mercantil. Daí o surgimento de conflitos entre posseiros.

Ocorre, pois, desestabilização de um sistema, não pela introdução de princípios que lhe seriam radicalmente estranhos, mas antes pela conjugação da pressão fundiária, da valorização do solo e do doravante indispensável título de propriedade. Anteriormente, o pequeno valor mercantil de uma terra ainda abundante tornava fácil o acesso à terra e raras as vendas. O valor de uso do solo era privilegiado (embora não exclusivo) e ninguém teria podido constituir reservas fundiárias que excedessem suas necessidades. Hoje, os novos dados são o pomo da discórdia introduzido no interior das próprias comunidades (sem falar dos conflitos com os fazendeiros). Com efeito, trata-se realmente de

uma ruptura, do fim de um sistema que havia até então funcionado de maneira relativamente aberta e mesmo baseado no bom convívio.

Em contrapartida, o sistema é grande consumidor de floresta, pois o retorno a uma parcela que já foi cultivada acarreta a queda da renda camponesa. No segundo ano, a produção de arroz pode baixar de 50%. Nos solos médios, e em primeira cultura, rendimentos de 1.400 kg de arroz por ha são freqüentes. Em compensação, nas zoñas de solos pobres, onde a densidade demográfica leva a cultivar várias vezes a mesma parcela os rendimentos caem a 600 kg. O desbravamento, a cada ano, de uma nova parcela, é percebido como uma invasão pelos fazendeiros, que reivindicam a propriedade desta mesma floresta.

A cultura é integralmente manual e muito pouco diversificada, sem adubo e quase sem pesticidas, sem culturas perenes e com somente algumas raras cabeças de gado. Nestas condições, as perspectivas de acumulação são quase nulas. O sistema é relativamente estável, mas é a reprodução da miséria.

Quanto à lógica dos fazendeiros, ela repousa na apropriação jurídica da terra e em sua valorização como mercadoria. Este conflito de interesses leva cada uma das partes a desbravar a floresta restante o mais rápido possível a fim de forçar o reconhecimento de uma situação de fato e fazer desaparecer o objeto da cobiça. As reservas florestais ainda existentes estão todas situadas no interior de grandes fazendas que as abatem a um ritmo acelerado.

Para permitir uma acumulação sem transformar os posseiros em assistidos, seria necessário auxiliar as formas embrionárias de organização camponesa, notadamente as cooperativas que tentam romper a dependência em relação aos comerciantes, estocando produtos de primeira necessidade, que serão revendidos a baixos preços aos associados em período de escassez. Elas poderiam ser dotadas de um pequeno capital que lhes permitiria a compra a crédito de máquinas de descascar arroz e fazer farinha de mandioca. Armazéns já são construídos graças ao trabalho comunitário; a compra de um caminhão ou de um barco possibilitaria um grau suplementar de autonomia no processo de comercialização. Às vezes uma roça comunitária é cultivada, e o produto da venda da colheita é destinado ao funcionamento do sindicato. Por que não se faria o mesmo com a cooperativa?

Enfim, os poderes públicos poderiam aumentar os “salários indiretos” sob a forma de uma melhor assistência médica e escolar, de melhoria dos transportes, etc. ...

O crédito rural, até agora difícil de obter dada a precariedade dos títulos de ocupação do solo, não parece atrair nem um pouco os colonos. Alguns tiveram que vender seu lote para pagar seu empréstimo e assim desencorajaram os outros. De fato, o crédito rural não consegue romper a dependência para com os intermediários e acrescenta assim uma segunda dependência que torna a situação ainda mais difícil de administrar.

Porém sem desenvolvimento de culturas perenes (de acesso mais fácil do que a mecanização) as vias da acumulação parecem lentas e difíceis (9). A ma-

(9) Elas permitiriam também uma melhor redistribuição da renda, pois seriam sem dúvida acompanhadas do aumento do número de agregados.

mona, o guaraná poderiam ser difundidos, o que tornaria necessária uma adaptação dos circuitos comerciais. A cooperativa e o sindicato poderiam agir no sentido de estimular as inovações como foi o caso no plano político.

Dada a estrutura e a história destas vilas, onde a população é, no início, muito homogênea, as práticas de tipo comunitário parecem ter melhores chances do que nos projetos de colonização controlada. Entretanto, a ação do Getat, baseada na propriedade privada da terra, desorganizou, segundo dizem os posseiros, a sociedade tradicional, rompendo a unidade do mundo camponês.

Com efeito, alguns obtiveram o reconhecimento pelo órgão de uma posse de 100 ha, enquanto que outros, em uma situação fundiária menos favorável, não receberam mais do que 30 ha, e às vezes menos. Há também os que recusaram os lotes propostos pelo Getat porque eram muito pequenos ou muito afastados, ou ainda em razão das conseqüências trazidas pela privatização da terra (notadamente a expulsão em casos de dúvida), e que hoje se encontram numa situação legal precária. Enfim, há os que não receberam nada e que começam a alugar a terra de antigos posseiros com mais sorte, dando assim início a um processo de diferenciação econômica e social.

No interior do sindicato observam-se dois discursos, cujo aspecto contraditório os dirigentes nem sempre conseguem dissimular: o daqueles que querem dar prioridade à luta pela terra e à reforma agrária e o dos proprietários que reivindicam condições de produzir.

Nem a CPT nem o sindicato conseguem reunir todos os camponeses. Além disto, os “sem terra” que alugam terras pertencentes aos fazendeiros temem as conseqüências de uma luta radical que poderia privá-los de seu meio de ganhar a vida por medida de represália.

Diante da impossibilidade de acumular em seus lotes, numerosos são aqueles que se voltam para o garimpo, deixando a família em uma situação precária, durante longos meses, por uma esperança freqüentemente frustrada. Outros vendem seu lote logo após havê-lo obtido, rompendo assim com a solidariedade camponesa. Estes tentam obter, pela mobilidade espacial, a ascensão social que lhes é recusada na região.

Aqui também, e apesar da solidariedade e de organizações das mais fortes que se possam encontrar na Amazônia, esboça-se a sombra do fracionamento do mundo camponês.

CONCLUSÃO

O que há de comum entre os quatro exemplos que acabamos de mencionar? *A priori*, poucas coisas. Não se trata nem mesmo de buscar no tempo uma similaridade que o estudo sincrônico não permite resgatar: estas configurações regionais da fronteira não representam momentos diferentes de uma evolução linear. A observação simultânea de diferentes fases justapostas no espaço, isto é, o esquema linear que possibilita um certo grau de visão prospectiva, só pode dizer respeito a configurações semelhantes ou muito próximas (por exemplo: os projetos públicos de Rondônia, da Transamazônica e, em certa medida, de Roraima). Ainda assim, não se deve esperar encontrar uma cópia fiel, as diferenças são importantes. Parece-nos, contudo, que um esquema geral possa ser

destacado. Não se trata de renunciar às leis gerais em nome dos particularismos, mas de pôr em evidência a originalidade de cada elaboração regional em seu compromisso entre fatores gerais e locais (geográficos, culturais, técnicos). Dito de outra forma, trata-se de apreender estas situações regionais como configurações históricas que manifestam um certo grau de autonomia e de criatividade em seu tratamento dos dados do real concreto.

Constatemos antes de tudo que a expansão da fronteira agrícola é obrigatória e funcionalmente ligada à modernização de uma minoria de camponeses. Isto é, entretanto, o efeito de uma opção. Entre 1965 e 1995, o Brasil deve poder multiplicar por 2,2 sua produção de alimentos, simplesmente para manter o *status quo* (isto sem contar o crescimento das culturas de exportação). Para realizar este salto para a frente, o Estado optou por não tocar na estrutura fundiária e por apostar nas camadas camponesas susceptíveis de acompanhar o movimento de modernização. O resultado é a exclusão de um grande número de camponeses que perdem sua terra ou seu trabalho. Visto que o fenômeno é agravado por um forte crescimento demográfico e uma fraca capacidade de absorção industrial, a concessão de terras na fronteira representa uma solução custosa, mas dificilmente substituível. Num primeiro momento, trata-se, aliás, de um investimento mais social do que produtivo, uma espécie de salário de sobrevivência. Aliás, o Estado não tem recursos para financiar ao mesmo tempo a modernização do Sul e a instalação de colonos em boas condições. Isto se manifesta na pouca representatividade dos projetos oficiais e num imenso *laissez-faire* no qual o Estado não intervém senão como regulador da apropriação fundiária.

A realização das infra-estruturas, o aproveitamento do solo e a demanda permanente de terras acarretam a valorização diferencial do fundiário, verdadeiro motor da “fronteira em movimento”, segundo a feliz expressão de Turner. Esta valorização leva à substituição dos colonos e, com freqüência, dos sistemas de produção. A partir do momento em que o solo assume um valor mercantil, deixa de ser acessível aos mais desfavorecidos dentre os excluídos do processo de modernização. À medida que o valor da terra aumenta, grupos de camponeses cada vez mais abastados vêm proibir-se-lhes o acesso à terra. A única solução é então buscar, sempre mais longe, espaços não-estruturados e não-valorizados. A vida é aí particularmente difícil, mas é o preço a pagar para ter acesso à propriedade. Níveis diferentes de valorização podem ser observados em curtas distâncias, principalmente em Rondônia. Mas, neste caso, a evolução e a sucessão de diferentes fases são em geral extremamente rápidas. Atualmente a saída “lógica” da fronteira de Rondônia (praticamente saturada e, em todo caso, cada vez mais dificilmente acessível ao camponês sem terra) é Roraima.

Em princípio a valorização da terra acarreta uma modificação dos sistemas de produção, porém segundo vias muito diferenciadas. No Mato Grosso do Sul, houve expulsão dos pequenos produtores pela modificação do perfil agrícola e uso de capital intensivo. Trata-se de uma substituição do trabalho pelo capital segundo um modelo semelhante ao do Sul do País. Nas zonas onde o café foi substituído por pastagens, não se pode dizer que o novo sistema produza um maior valor por hectare e por ano. Em contrapartida, ele com-

bina várias vantagens: terra menos valorizada, exploração da madeira, renda em produto paga pelo agricultor (que além disto planta gratuitamente a pastagem), alta produtividade do trabalho que compensa a fraca produtividade do espaço. Enfim, o café apresentava rendimentos baixos e irregulares que não lhe permitiam concorrer com o novo sistema. Em uma escala mais reduzida, observa-se a extensão das pastagens nos solos cansados e inaptos à cultura da soja. O preço relativamente baixo da terra e a produtividade do trabalho possibilitam sua extensão (10). Trata-se igualmente de uma forma de substituição do trabalho pelo capital, na qual este último é imobilizado na terra e no gado.

Em contrapartida, as culturas perenes — nas quais Rondônia, a Transamazônia (ao menos em algumas partes) e alguns projetos privados parecem ter apostado — não acarretam a substituição do trabalho. Por certo pode existir, e já existe, uma via capitalista da plantação, com utilização de mão-de-obra assalariada, e isto mesmo em Rondônia: os proprietários são obrigados a recrutar mão-de-obra no Nordeste, a fim de evitar o recurso à mão-de-obra local, rara e cara, e que, visto a intensidade das lutas pela terra, poderia em seguida recusar-se a deixar a fazenda. Entretanto, a instauração da plantação capitalista depende da estrutura da propriedade; ora, em Rondônia, a intervenção do Estado privilegiou o pequeno produtor, e este se apóia de preferência nos agregados e meeiros. Esta forma de utilização da mão-de-obra permite uma interessante redistribuição das rendas; não se vê meeiros que cultivam o café no Espírito Santo comprarem terras e carros novos? (Aproveitando, é verdade, um crescimento excepcional do preço do café este ano.) Este é seguramente o caminho que parece mais satisfatório para a Amazônia, ao mesmo tempo social, ecológica e economicamente. É também o caminho mais acessível para os agricultores sem capital e o mais promissor do ponto de vista da promoção social.

Não se pode, contudo, evitar uma certa inquietude diante das centenas de milhares de hectares de cacau que são plantados anualmente da Ásia à América Latina, passando pela África, pois, uma queda das cotações mundiais acarretaria o fracasso e a saída de numerosos colonos. Esta estreita dependência com relação às cotações mundiais torna aleatório este tipo de agricultura. Uma grande diversificação dos produtos e um sistema eficaz de estabilização nacional dos preços seriam indispensáveis.

Os projetos privados eliminam de saída os camponeses mais desfavorecidos, mas tendem a produzir outros, pela imobilização da totalidade de seu magro capital na compra da terra (pelo menos para os mais modestos). Isto explica que estes projetos estejam freqüentemente divididos entre uma estratégia baseada no trabalho (plantação) e uma estratégia baseada no capital (mecanizada ou pecuária). Deve-se, entretanto, constatar que a via “moderna” marca passo na Amazônia. Isto mostra que o que poderia ser o último estágio da fronteira, segundo os esquemas lineares — isto é, a seleção dos camponeses com

(10) Em todo o caso, é preciso nunca esquecer o papel das estratégias fundiárias familiares, patrimoniais e/ou especulativas.

melhor desempenho e a implantação de uma agricultura capitalizada utilizando grandes quantidades de insumos —, não é rentável nas condições atuais da fronteira. Além disto, visto que as culturas perenes gozam na Amazônia de uma espécie de vantagem natural, não está comprovado que a cultura mecanizada seja chamada a desempenhar algo mais do que um papel marginal. A baixa dos preços da soja não permitiu testar sua capacidade de substituir as outras culturas na Amazônia. Antecipemos, entretanto, que a soja se teria propagado em detrimento das superfícies de pastagens, mas que as plantações teriam resistido; não somente por razões técnicas e culturais, mas sobretudo em razão do preço já muito alto alcançado pelas superfícies plantadas.

Contudo, esta “capacidade de resistência” da economia pioneira de plantação está longe de ser uma situação já conquistada, como revela a história das antigas frentes do café nos Estados de São Paulo e Paraná. A baixa dos preços e dos rendimentos (seja em conseqüência da queda dos preços, seja pelo empobrecimento dos solos e envelhecimento das plantas) levou muitas vezes à substituição das plantações por pastagens. Na Amazônia, o aspecto cíclico da flutuação dos preços acarretou, em passado recente, a destruição de numerosos pés de pimenta, a estagnação e o quase abandono de importantes superfícies cacaeiras e mesmo cafeeiras. Ao contrário, o reestabelecimento espetacular dos preços da pimenta há dois anos e o aumento de 280%, em termos reais, do preço do café pago ao produtor durante a campanha 1985/1986 levam, neste momento, a uma retomada rápida da extensão das superfícies plantadas. Mas, por quanto tempo? Os preços vantajosos manter-se-ão até a primeira colheita? O desenvolvimento de sistemas agroflorestais pluriespecíficos com ciclos complementares traria uma garantia de rendas mais regulares, mas sua implantação se choca com numerosos problemas.

Logo que a fronteira se estende por um determinado espaço, ela inicia um processo de estruturação que vai culminar com a consolidação de relações não-iguais, sancionadas pelo acesso à terra (e pela possibilidade de manter-se nela), e reproduzidas por ritmos de acumulação diferenciados. Consta-se assim que quanto mais elevada é a origem dos migrantes mais rapidamente eles acumulam. A cada etapa, porém, um certo número dentre os mais desfavorecidos consegue concretizar um autêntico processo de promoção social (às vezes vendendo seu lote e recomeçando em outro lugar). A fronteira oferece, por conseguinte, reais oportunidades enquanto o processo de consolidação não está demasiado avançado. Este é o momento, o espaço e a única chance dos camponeses sem terra e sem capital. A eliminação destes não é inevitável, do mesmo modo que sua permanência; há espaços de liberdade, homens em luta.

O exemplo dos pequenos posseiros do norte de Goiás mostra a importância para o camponês de poder obter a garantia da propriedade fundiária. É isto que permite a acumulação, ali mesmo ou pela venda, nos projetos de colonização. Porém a luta pela terra é uma coisa, produzir é outra. Para estes posseiros como para todos os camponeses mais modestos da fronteira, a difusão rápida de sementes de culturas perenes e uma boa assistência técnica parecem indispensáveis, se se quer realmente diminuir o número de fracassos.

A mudança de governo e a promessa de uma reforma agrária tiveram como efeito mobilizar o mundo camponês. Isto se manifesta numa recrudescên-

cia das lutas pela terra, na recusa de emigrar, num nível superior de conscientização e de organização, bem como, fato novo, numa forte demanda referente às condições de produzir. Por conseqüência, os dados estão mudando, sendo todavia demasiado cedo para analisar seus efeitos a nível da fronteira. Esta é com efeito o lugar de uma intensa diferenciação do campesinato e privilegia ainda as estratégias individualistas e oportunistas.

BIBLIOGRAFIA

- BAUMFELD (C.M.) 1983 — Mutations agraires et mobilité de la force de travail. Le cas brésilien. In: *L'avenir du Sous développement*. Critiques de l'économie politique n° 25, pp. 41-61.
- BECKER (B.K.) 1982 — *Geopolítica da Amazônia* — Zahar, Rio de Janeiro — 233 pp.
1985 — *Expansão do povoamento e mudança social* — O caso de Rondônia. Conferências — 6° Encontro Nacional de Geografia Agrária, Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, pp. 91-129.
- DOS SANTOS (I.V.T.) 1985 — A gestação da recusa: o "colono retornado" dos projetos de colonização na Amazônia. In: *Revoluções camponesas na América Latina*, I.V.T. dos Santos ed. Icone, São Paulo, 286 pp.
- EGLIN (J.) e THERY (H.) 1982 — *Le pillage de L'Amazonie*, Maspero — Paris.
- EDER (J.F.) 1982 — "Who Shall Succeed? Agricultural development and social inequality on a Philippine Frontier". Cambriedge Univ. Press — N.Y. — 264 pp.
- POWERAKER (J.) 1982 — "A luta pela terra". Zahar — Rio de Janeiro, 315 pp.
- FEARNSIDE (P.M.) 1984 — A floresta vai acabar. *Ciência Hoje*, vol. 2, pp. 45-52.
- GOUROU (P.) 1982 — Terres de bonne esperance. *Le Monde Tropical* — Plon — Paris — 456 pp.
- HOMEM DE MELO (F.) 1982 — A produção de biomassa e o crescimento da área cultivada no Brasil. *Anais do Seminário "Expansão da Fronteira Agropecuária e meio ambiente na América Latina"* — Brasília, nov. 1981, UnB — CEPAL.
- IANNI (O.) 1979 — "O Trabalhador Rural em Busca de Terra". Encontros com a civilização brasileira n° 11 — pp. 89-100.
- LENA (P.) 1981 — Expansão da fronteira agrícola em Rondônia: evolução da estrutura agrária e o aproveitamento dos lotes — 35 pp.
Anais do Seminário: "Expansão da fronteira agropecuária e meio ambiente na América Latina". UnB; CEPAL; PNUMA; ANPEC; CNPq — Brasília.
1985a — Colonisation et modernisation agricole en Amazonie brésilienne. *Seminaire: Economies rurales* — CIRAD — Montpellier — pp. 16-20 septembre.
1985b — L'occupation humaine de l'amazonie. *Seminaire de l'ORSTOM: Le milieu amazonien* — Paris, pp. 16-19 octobre.
- MORAN (E.F.) 1980 — Mobility and resource use in Amazonia. In: *Land, people and planning in contemporary Amazônia*, F. Barbira-Scazzochio — ed., Cambridge Univ. Press.
1981 — *Developing the Amazon* — Bloomington: Indiana Univ. Press.
- MORAN (E.F.) e FLEMING-MORAN (R.) 1978 — O surgimento de classes sociais numa comunidade planejada para ser igualitária. *Boletim do Museu P.E. Goeldi*, Série antropologia, n° 69 — Belém (PARÁ), pp. 1-35.
- PEBAYLE (R.) et alii 1978 — Le bassin moyen du Paraná brésilien — L'home et son milieu. *Travaux et documents de Geographie Tropicale* n° 35 — CEGET-Bordeaux-Talence.

- SKILLINGS (R.F.) e TCHEYAN (N.O.) 1979 — *Economic development prospect of Amazon region of Brazil*. World — Bank.
- THERY (H.) 1985 — *Le Brésil*. Masson — Paris — 231 pp.
- UNKEL (C.) 1956 — Os Apinayé — *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, — Belém.
- VELHO (O.G.) 1979 — *Capitalismo autoritário e campesinato*. Difel — São Paulo — 261 pp. 1985 — “Seven equivocal theses about Amazonia”. *Environment and planning*. Society and Space, vol. 3, pp. 231-238.
- WOOD (C.H.) 1983 — *Peasant and capitalist production in the Brazilian Amazon: A conceptual framework for the study of Frontier expansion in: The dilemma of Amazonian development* — E.F. MORAN, ed. Westview Press, Boulder, Colorado.
- WOOD (C.H.) / SCHMINK (M.) 1979 — Blaming the victim: Small farmer production in an Amazon colonization project. *Studies in Third World Societies*, 7, pp. 77-93.